

**ATA N.º 2.2/XIII/2025**

**Sessão Ordinária fevereiro/2025**

**2ª Reunião – 07/03/2025**

Aos sete dias do mês de março do ano dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a segunda Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, a fim de se continuar a deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
  - 3.1 - Ata nº6/24 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de setembro - 27.09.2024;
  - 3.2 - Ata nº7.1/24 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de dezembro – 1ª reunião – 11.12.2024;
  - 3.3 - Ata nº7.2/24 – XIII Mandato – Sessão Ordinária de dezembro – 2ª reunião – 12.12.2024;
  - 3.4 - Ata nº1/25 – XIII Mandato – Sessão Extraordinária – 31.01.2025;
  - 3.5 - Aprovação do Mapa “Demonstração do desempenho orçamental” do ano 2024;
  - 3.6 - 1ª Revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano;
  - 3.7 - Conselho Municipal da Saúde do Município da Moita;
  - 3.7A - Eleição do Representante dos Presidentes de Junta e União de Freguesias, e seu substituto, para o Conselho Municipal da Saúde do Município da Moita;
  - 3.8 - Lançamento de uma hasta pública para a concessão do direito de exploração da gestão e ampliação das piscinas recreativas do Parque Zeca Afonso;
  - 3.9 - Revogação do Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo Conde de Ferreira;
  - 3.10 - Aprovação final da alteração do Plano Diretor Municipal da Moita para adequação ao RJGT e à LBGPPSOTU;
  - 3.11 - Revogação do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul;
  - 3.12 - Revogação do Plano de Pormenor da Marginal da Moita;
  - 3.13 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

**Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:**

- Miguel Francisco Amoêdo Canudo foi substituído por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituída por Rui Pedro Neto Garcia
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- Rodrigo Fernando Mendonça Pedro foi substituído por Fernando Alves Fernandes Gaio
- João Pedro Oliveira Vargas da Palma foi substituído por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Carmen Sofia Pereira Lima foi substituída por Daniel José Viegas Serpa
- Susana Isabel Horta Martins foi substituída por Hélia Marta Nobre Palma
- Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias, foi substituída pelo Tesoureiro daquele Órgão, Luís Filipe Valentim Cerqueira
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, foi substituído pelo Secretário daquele Órgão, Pedro António da Cruz Oliveira

**Verificação de ausências:**

Após as substituições efetuadas não se verificaram ausências.

**Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:**

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Pedro Miguel Dias Pinhal, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Vivina Maria Semedo Nunes, António Carlos Pedrosa Pereira, João Miguel da Silva Romba, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e Sandra Isabel Casaca de Castro.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****Sr. Eduardo Rocha**

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“5 minutos quase não dá tempo para nós pormos qualquer problema. Penso que o melhor, se calhar, é tirar a palavra ao público, ao menos não há estes empates.

Tenho aqui vários pontos. O primeiro ponto é ali na rua 5 de Outubro, ao pé da discoteca cais 43, havia um ecoponto, agora, no final das obras, foram de lá retirados, e já em tempos eu tinha falado na necessidade de um vidrão ali na zona entre o Centro Náutico e a discoteca do cais 43, portanto, até agora, não só não apareceu o vidrão, como desapareceu o ecoponto.

Outra questão também que queria referir é na rua 5 de Outubro, na parte dos restaurantes e dos bares, a rua foi arranjada, muito bonita, a outra parte do buraco, em que tivemos privados de poder circular lá também já está arranjada, mas aquele bocado que liga entre o cais 43 até ao cruzamento da rua de São Sebastião está em granito, calçada, e podia-se ter tido a oportunidade de endireitar aquela calçada, porque está cheia de covas e, constantemente, quando chove, ficam poças de água e as pessoas têm que ter cuidado porque os carros ao passarem molham os peões que estão no passeio.

Outra questão que eu também queria perguntar era se, realmente, este ano, no 25 de Abril, vamos ter um desfile popular, em que os órgãos autárquicos vão participar, ou não, no desfile popular, ou se já está pensada alguma alternativa para boicotar o desfile popular.

Queria também já agora pedir um esclarecimento, porque tive conhecimento que houve uma manifestação em frente à Câmara Municipal, anteontem de manhã, salvo erro, e gostava de saber, se fosse possível, quais eram as razões que levaram as pessoas a protestar, e se a Câmara deu alguma resposta em relação aos protestos que as pessoas levantaram.

Outra questão também que eu queria levantar é o seguinte. A Câmara da Moita tem dinheiro suficiente para contratar empresas de publicidade e de comunicação, mas, no caso dos partidos políticos, e eu aqui, neste momento, falo em nome do Bloco de Esquerda, nós tínhamos um mupi no largo da Moita, que foi retirado antes da festa da Moita e até hoje ainda não foi lá colocado. Portanto, eu pergunto, a Câmara tem dinheiro para gastar em publicidade e comunicação, mas o Bloco de Esquerda não tem, e penso que aquele cartaz, tanto do Bloco de Esquerda, como estava lá também da CDU, do Livre também, se não me engano, foram retirados e nunca mais foram repostos. Acho que, no mínimo, exigia-se que fossem repostos.

Queria também perguntar quanto é que a Câmara gasta em contratos de publicidade e comunicação com as empresas do senhor Luís Bernardo, em que, neste momento, o Ministério Público desconfiou e começou a investigar indícios de corrupção e prevaricação com os contratos públicos em 8 empresas, todas do círculo do senhor Luís Bernardo. Queria perguntar à Câmara da Moita quanto é que gastou em publicidade e comunicação com esta empresa e se também já foi alvo de buscas, ou se já foi inquirida sobre esses dinheiros, porque, por exemplo, a Câmara do Barreiro gastou 422820 euros com estas empresas, portanto, queria também saber se fosse possível.”

**Sr. João Henriques**

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“O que o traz cá, talvez tivessem sido alguma falta minha, mas eu tenho vindo a observar o que se tem passado nas assembleias. Em Dezembro, eu disse nesta Assembleia, que deviam ser mais unidos e não darem com picardias uns com os outros, tu fizeste, aquele fez, aquele não fez. Bem, isso é um pouco mais à frente.

Senhor Presidente, a marginal está muito bonita, mas há uma coisa que talvez os fiscais desta Câmara não vissem. Umás sarjetas estão mais altas, outras mais baixas, as tampas de esgoto mais baixas e outras mais altas, e o alcatrão da marginal, desculpe que lhe diga, mas aquilo é refugio. Porque o alcatrão que meteram no buraco, e em cerca de 3 anos ia todos os dias ver o buraco, aquele alcatrão

tem compactado, porque tiveram um cilindro grande. Agora, quem fez a marginal, o cilindro que lá estava, que eu observei as obras, e por isso chamam-me o fiscal das obras, o cilindro era igual ao que era da Câmara.

O senhor Presidente continua em insistir, desculpe que lhe diga, eu venho aqui, não é criticar, eu tanto falo bem como falo mal, continua a querer fazer uma pista de atletismo. Na pista de atletismo tem que ter 400 m<sup>2</sup>, provavelmente, aquilo não tem. E cada pista tem que ter 7m de largura, provavelmente, se meter lá 4 pistas é a ocupação do terreno. Acho eu, que a Câmara tem. Não devia fazer isso, devia de arranjar a maior parte das estradas que estão degradadas, os passeios estão degradados.

Agora, há uma situação que eu observei. Atenção que eu não venho criticar. Na Assembleia de há uma semana, a CDU criticou que as juntas de freguesia não estavam a fazer as escolas, as escolas estavam degradadas e mais não sei quantos. Na Fonte da Prata, o bairro patinho feio chamo-lhe eu, antes deste executivo tomar posse, chovia torrencialmente na escola da Fonte da Prata. Foi preciso uma grande intervenção da Junta de Freguesia de Alhos Vedros. Os senhores estiveram cá e fizeram pouco ou nada. Eu não estou a criticar, eu só estou a alertar, atenção, porque eu quando tenho que dizer as coisas digo na cara das pessoas, não mando dizer por ninguém. Posso arranjar inimigos, posso arranjar o que quiser, mas eu sou uma pessoa muito direta. Não andamos aqui, um fez, o outro não fez, o outro deixou fazer, cada um faz o seu serviço e depois está a população para poder julgar quem é que trabalhou melhor, e quem é que trabalhou pior.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia intervir.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Indo às questões, em primeiro lugar, colocadas pelo senhor Eduardo Rocha, responder o seguinte. Relativamente à rua 5 de Outubro, toda ela foi intervencionada num espaço em que, no período pré-eleitoral, ou seja, período de campanha, o PS sempre disse que, se ganhasse as eleições, cortava aquela secção da rua ao trânsito. Disseram isso e cumpriram, ou seja, cumpriram a palavra que deram às pessoas, cumpriram a palavra que deram aos comerciantes. Hoje, a rua 5 de Outubro, naquela secção, está muito mais bonita, mais aprazível, mais convidativa. A secção a que se refere em empedrado, muitas são as terras a nível nacional que têm o empedrado, e não sabe se o objetivo, quando na Moita se fala nas tradições, manter as suas características, manter os seus aspetos arquitetónicos, manter tanta coisa, o único bocado, porção, de empedrado que existe na Moita, e acha que não fará confusão a ninguém, mas é uma questão dos serviços também avaliarem, ouvir e auscultar, mas acha que aquele bocadinho de empedrado não incomoda nem faz mal nenhum a ninguém, e é uma característica da Moita, ajuda à drenagem das águas pluviais, porque, hoje em dia, até os ambientalistas defendem, e várias entidades defendem, que não se pode e não se deve impermeabilizar todos os espaços. Hoje em dia, cada vez mais, as pessoas optam pelos logradouros entre os prédios, pelos quintais das suas casas impermeabilizados, o que na sua opinião, não deve ser dessa forma, acha que tem que ser avaliado, tem que ser estudado e da mesma forma que se desenvolveu e que se fez um projeto para aquela área, poderá fazer-se para aquela porção que falta da 5 de Outubro, ou em outros locais do concelho.

Lembrar ao senhor Eduardo Rocha, que compreende que algumas pessoas tenham ficado tristes porque perderam o sítio onde faziam as suas hortas, mas ainda bem que resolveram aquele problema que se arrastava há algum tempo, não por culpa da Câmara, mas porque a rede de esgotos já era muito antiga e, finalmente, foi arranjado, e respondendo aqui ao senhor João Henriques, não foi, efetivamente, 3 anos, há aí um equívoco na afirmação que fez, não foram 3 anos, muito menos que que isso, mas sim, se lhe perguntarem, demorou mais do que aquilo que a Câmara Municipal gostaria, mas também a verdade é que tudo fizemos para encurtar os prazos, e só não o fizeram mais rápido porque o código da contratação pública não o permite. E a Câmara Municipal, uma e outra vez, cumpre aquilo que é código da contratação pública.

Depois, dizer que, ainda em relação ao lixo, sim, vão ser colocados contentores, neste caso, naquele espaço tardoz na rua 5 de Outubro, no local onde estava, mas com um detalhe em particular. A antiga gare que ficava junto a uma das travessas antigas que tem um portal manuelino, deixou de existir ali naquele espaço, retiraram dali aqueles contentores que vão para outro lado, permitindo então a quem circula por aquelas ruas não sair daquela viela, daquela rua, e terminar em cima dos caixotes de lixo, permitindo uma vista desafogada para o rio, e valorizando, direta ou indiretamente, aquele portal daquela casa manuelina que se encontra ali a metros do sítio onde, no passado, alguém decidiu que era ali o local certo para pôr os caixotes do lixo. Por isso também houve da sua parte esse cuidado, arranjaram o passeio e continuam a valorizar, neste caso, todo o espaço público no concelho.

Bem sabe que agora o senhor Eduardo Rocha gostaria de ver mais obras ali na rua 5 de Outubro, perto de onde mora, mas as obras têm que ser pensadas não para o sítio ou para o local onde moram, ou na circunscrição da sua casa, perto da sua casa, mas têm que ser pensadas. O concelho tem 55000 m<sup>2</sup>, ou seja, 55 km quadrados, tem 66000 habitantes aos quais temos que dar resposta, independentemente, das localidades ou das freguesias onde eles se encontram, e é nesses sítios e nesses locais a que têm que dar resposta.

Mais diz, e pede já alguma tolerância e atenção, não tendo sido colocada aqui a questão, mas aproveitando este momento e respondendo também a essas questões, há no que diz respeito ao Rosário, as marcações da estrada recentemente pavimentada, não vai ser feita a pedido, neste caso, da entidade que está lá fazer gravações para aquela série. O procedimento de pavimentação começou muito anteriormente à série, foi promovido e foi anunciado que aquilo iria ser pavimentado ainda nas festas do Rosário. Foi anunciado pela Câmara Municipal que isso ia ser feito, e isso é público e é do conhecimento geral das pessoas do Rosário. Por isso, agora aqueles que vêm mentir e jogar falsos testemunhos, podem enganar muita gente, mas, certamente, não enganam as pessoas do Gaio Rosário. Como sabem, há um procedimento, o procedimento tem que ser lançado, fizeram a repavimentação, e pediram-lhes agora, porque começaram as gravações e queriam continuar logo as gravações, não dava tempo de pintar, e depois, como aquilo tem que ser uma sequência do início ao fim, para depois na série não aparecerem coisas diferentes, uma rua ora pintada, ora por pintar, enquanto eles estiverem a fazer as filmagens não fazerem a pintura das marcações rodoviárias na rua, por isso, aproveito também já para deixar essa essa informação.

Relativamente à manifestação que o senhor Eduardo Rocha aqui fez referência, sim, houve um conjunto de trabalhadores, mas depois ficou um pouco confuso em perceber qual é que era o enquadramento da manifestação, porque por um lado, era promovida pelo Stal, mas, por outro, aparece, neste caso, no site do PCP, e diz que foi acompanhado pelo candidato do PCP. Ficou na dúvida se aquilo era campanha político-partidária ou se era mesmo uma manifestação. Depois, relativamente à manifestação, também ficou sem perceber, porque a lei número 406/74, de 29 de agosto, diz que as manifestações devem ser comunicadas. São autorizadas, é claro, mas existe a obrigação de comunicar, antigamente, era aos governos civis, agora é às câmaras municipais, e essa manifestação não foi comunicada, por isso não sabe de que manifestação é que está a falar, ou que espécie em que aquilo depois, na prática, se traduz.

Se entregaram um documento à Câmara no qual se denota que os trabalhadores estão mal informados, ou foram mal informados, porque, neste caso, vinham pedir o SPI, o subsídio de penosidade e insalubridade, teve a oportunidade de falar com alguns que diziam o subsídio de risco, e teve que explicar mais tarde a alguns que não havia subsídio de risco. Alguns também disseram que não sabiam, ou que foram enganados, quando foram para lá. Tenho aqui algumas mensagens de alguns trabalhadores a pedirem-lhe desculpa, porque não sabiam para o que é que iam, o que também acha estranho, mas não vai questionar. Há aqui uma dialética que, se forem ver, uma coisa não casa com a outra, que é, se por um lado, há quem diga, e vejam na apresentação da candidatura do PCP, que recebeu muitos contactos de trabalhadores, que estavam a ser perseguidos pela Câmara Municipal e por isso não podiam ir à apresentação da candidatura, por outro lado, vem com um conjunto de trabalhadores até à parte da frente da Câmara Municipal sem anunciar essa mesma pseudo manifestação.

Há aqui muitas coisas para tentar perceber e tentar corrigir, algumas, se calhar, certamente, até podem ficar sem resposta, e não espera obter resposta. Os trabalhadores são livres de se manifestar, de fazer plenário, dizerem aquilo que pensam, estão há vontade, pede-se então tão somente aos sindicatos, que acredita que seja por inexperiência porque, no passado, não faziam manifestações contra a Câmara Municipal da Moita, e que não saibam como é que se processa, ou os deveres que têm. Como às vezes se mistura, podia-se misturar. Tudo era a mesma coisa, a Câmara, o partido e o sindicato, e que agora não saibam que têm que comunicar, mas a lei assim obriga a fazer essas comunicações, por isso não levem a mal, mas devem fazer essas mesmas comunicações para que as coisas fiquem devidamente conformes.

Relativamente àquela empresa que falou, não sabe, não disse o nome de qual é que era a empresa que estava a falar, a Câmara Municipal quer-lhe dizer que todos os contratos da Câmara Municipal estão no portal Base devidamente publicados. A Câmara Municipal procura sempre ter os melhores serviços pelo preço mais vantajoso, seguindo o código de contratação pública e, neste caso, aqueles que lhes proporcionam melhores serviços por um preço mais baixo, já há algum tempo têm uma nova empresa de comunicação, mas mesmo já há muito tempo, por isso fizeram uma alteração, e essa alteração é muito positiva porque procuraram junto desta nova empresa, e que acha que é importante de salientar, criar uma marca que é “Moita Uma Janela para o Tejo”, e essa marca já está registada, o que é sobejamente importante, porque quer dizer que se vier outro alguém que queira ficar com essa marca já não pode, porque é património da Câmara Municipal. Estamos a trabalhar com esta empresa

em diversas áreas, para continuar a valorizar aquilo que é o nosso território, um bem comum acessível a todos, se dúvidas houver ou houver alguma questão, todos os contratos estão no Base. Não tiveram nenhum contato, estão disponíveis se alguma questão houver, mas não tiveram, até ao momento, qualquer tipo de contato relativamente a essa matéria como aqui descreveu.

Respondendo ao Senhor João Henriques, relativamente às obras das grelhas na marginal, que também foi algo que prometeram que iam fazer, e agora olham para aquilo e percebem que, quando for a Feira de Maio, não se vai ter que tapar aquilo com terra para que as pessoas não tropecem, ou não caiam, porque aquilo, na prática, nem sequer tinha serventia nenhuma, já nem servia para drenar a água. Tem chovido muito e a água agora escorre, não há poças, a avenida marginal acaba por drenar a água muito melhor, o que é sinal que o trabalho foi bem feito, bem executado, tem um pavimento todo novo, não há remendos, e acha que isso é de saudar.

As caixas estão executadas, houve uma fiscalização, e seria deselegante da minha parte perguntar ao fiscal da Câmara, neste momento, se a obra está executada conforme o que estava projetado, mas, se lhe permitir, tem em crer que a obra foi bem executada, a seu ver, mas pode sempre perguntar, mais tarde, enquanto já estiver na condição de funcionário da Câmara Municipal, ao fiscal da obra que fiscalizou esses mesmos trabalhos.

Quanto ao equipamento utilizado lembrar que na rua de São Sebastião eram várias camadas de solo que tinham que ser compactadas, em camadas, aproximadamente, de 20 cm, e como se mexeu muito no terreno era necessário um cilindro compactador com mais tonelagem para fazer a compactação. Aquele, como foi só fresagem e recarga, não é necessário ter um cilindro compactador com tanta tonelagem, e essa é uma explicação técnica que me pode.

Se mais dúvidas houver, estarão disponíveis, e recorrendo à economia do tempo, não gastou mais do que os 15 minutos que lhe estavam disponíveis..

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Começava por fazer uma nota, que o senhor Presidente, do seu muito tempo que tem para falar, perde muito tempo a falar do candidato da CDU, em vez de estar a usar esse seu tempo para dar explicações a quem lhas pediu. Quis fazer aqui uma série de confusões entre a CDU, o cabeça de lista da CDU, o Stal e a Câmara Municipal, o que pode garantir é que a CDU e o cabeça de lista da CDU estão solidários com a luta dos trabalhadores. Foram lá, foram receber o comunicado dos trabalhadores, ouviram aquilo que eles tinham a dizer, tal como no tempo em que havia a maioria CDU na Câmara Municipal da Moita, os executivos da CDU, quando haviam manifestações deste género, e quando haviam concentrações à porta da Câmara, recebiam os trabalhadores. Portanto, ao contrário do que quis insinuar, existiam protesto dos sindicatos e os trabalhadores eram sempre recebidos pelo executivo da CDU.

Quer também dizer que a CDU acompanha, sempre, todas as questões que são colocadas aqui por quem cá vem, pela população que cá vem, e que, realmente, ficou preocupada aqui com algumas questões. Ficou preocupada com a questão, por exemplo, do pavimento do Rosário, porque o pavimento do Rosário foi feito naquela zona, sim senhor, mas uma das parcelas de estrada que está em pior estado no concelho da Moita, ficou por asfaltar. Pode também dizer que a rua 5 de Outubro, e faltava cá esta referência, já que o senhor Presidente gosta de fazer referência aos vereadores da CDU, faltou aqui a referência que a rua 5 de Outubro foi pintada por um trabalhador da Câmara que é vereador da CDU.

E gostava também aqui de dizer ao Senhor Presidente, ainda a em relação à escola da Fonte da Prata, e ao senhor João Henriques, porque, realmente, a CDU, para vocês, pode não ter feito muito, mas se não fez aquela escola, pelo menos, fez o Jardim de infância que lá está acoplado, fez manutenção, instalou sistemas de climatização, e o que é natural e que todas as pessoas que conhecem esses edifícios sabem, é que os edifícios precisam de manutenção.

Dito isto, acaba por voltar à questão do Stal apenas para dizer que tem a certeza que o Stal cumpre a lei.

#### **Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE**

Ouviu atentamente a resposta que o senhor Presidente da Câmara deu aos munícipes e ficou bastante surpreendida pelo facto de, tendo ocupado o seu tempo e só tendo intervindo dois munícipes, nem todas as questões que foram colocadas tiveram resposta, nomeadamente, a questão dos mupis que

desapareceram do largo, tanto os do BE como os do PCP. E também a surpreendeu o facto de, em relação à questão relacionada com o 25 de Abril, não ter havido qualquer resposta, portanto, acha que, da próxima vez, o senhor Presidente da Câmara deve ser mais sucinto nas respostas que dá, mas tentar responder a todas as questões colocadas.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Como é habitual, queria dirigir-se ao público e às suas intervenções, que são sempre bem-vindas, são sempre interessantes e levantam sempre questões diversas. Dito isto, tem que também revelar a sua enorme surpresa, porque entende que isso não se faz senhor Presidente da Câmara, essa associação entre Stal, CDU e organizações parecidas é, realmente, uma agressão enorme. É claro que disse isto com muito humor, apesar de ninguém se rir.

#### **Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas**

Pedi a palavra porque pensava que, ao abrigo do novo Regimento, as juntas tinham direito a falar sobre algumas questões específicas relacionadas com o seu trabalho.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Esclareceu que só podem falar quando se tratar de um assunto que lhes cometido por via da descentralização de competências da Câmara Municipal.

#### **Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas**

Mas foi, exatamente, isso que foi falado das escolas e das intervenções nas escolas da Quinta da Fonte da Prata pelo senhor João Henriques, e depois também o senhor Deputado João Figueiredo referiu. Mas então não se vai esquecer, e no momento em que for oportuno falará, não há problema nenhum.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por acaso não estava atento a isso e o senhor Presidente da Câmara não lhe chamou a atenção para isso.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Só quis lembrar que não foi uma questão colocada à junta, foi uma observação feita à CDU.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Deu por concluído o período de intervenção do público.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **3.7 - Conselho Municipal da Saúde do Município da Moita**

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com nove votos a favor, sendo quatro do PS, quatro da CDU, um do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 12/02/2025:

“Considerando que:

- O Município da Moita dispõe de atribuições em diversos domínios, nomeadamente no que respeita ao domínio da saúde, conforme disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;
- A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, efetivado na área da Saúde através do Decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro na sua versão atual;
- o artigo 9.º, do Decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na versão atual, prevê a criação do conselho municipal da saúde em cada município;

- as competências atribuídas ao Conselho Municipal da Saúde, de acordo com o mesmo artigo no seu número 3.º, passam por contribuir para a definição da política de saúde a nível municipal, emissão de parecer sobre a estratégia municipal para a saúde, emissão de parecer sobre planeamento da rede de unidades de cuidado de saúde primários, propostas de desenvolvimento de programas de promoção da saúde e prevenção da doença, promoção de troca de informações e estabelecimento de cooperação entre as diversas entidades representadas, entre outras;
- conforme dispõe a alínea c), do número 1, do artigo 9.º, do Decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na versão atual, entre outros, integra o Conselho Municipal da Saúde, um presidente de junta de freguesia eleito em assembleia municipal em representação das freguesias do Concelho;
- dispõe, o número 4.º, do citado artigo, que o regimento do conselho municipal da saúde é aprovado pela Assembleia Municipal do respetivo município;
- pretende a Câmara Municipal da Moita, diligenciar no sentido da instituição do Conselho Municipal da Saúde, atendendo à relevância das suas competências;
- se mostra necessário à implementação do citado Conselho Municipal da Saúde os procedimentos inerentes à elaboração e aprovação do seu próprio regimento, designação dos diversos representantes para que estejam reunidas as condições necessárias ao seu funcionamento;
- nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que salvo disposição em contrário, todas as competências de órgãos municipais previstas no referido decreto-lei são exercidas pela Câmara Municipal;
- nos termos da alínea ccc), do artigo 33.º, n.º 1, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal a apresentação de propostas sobre matérias da competência daquele órgão;

Neste sentido, e atendendo à fundamentação de facto e de direito acima aduzida:

Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar:

1. O regimento do Conselho Municipal da Saúde do Município da Moita, que junto se anexa à presente proposta e se dá por integralmente reproduzido;
2. Que a presente proposta e seu anexo sejam remetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal da Moita para efeitos de aprovação do Regimento do Conselho Municipal da Saúde e para eleição do representante das freguesias do Concelho, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na versão atual.»

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Pediu permissão para passar a palavra à Vereadora Anabela Rosa.

#### **Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Rosa**

Relativamente à proposta aqui apresentada, o Decreto-Lei nº23/2019, de 30 de janeiro, que é o diploma que prevê a transferência de competências na área da saúde, determina a Constituição do Conselho Municipal de Saúde, com a composição e com as competências previstas neste diploma, e que se reproduzem no Regimento do Conselho Municipal de Saúde, onde se prevê as regras do funcionamento do Conselho Municipal de Saúde. O Conselho Municipal de Saúde irá dotar o município da Moita de uma estrutura consultiva e de cooperação entre diversas entidades parceiras, de modo a desenvolver uma abordagem integrada da política municipal de saúde, dando como exemplo a competência para recomendar a adoção de medidas e apresentar propostas e sugestões, sobre questões relativas à saúde dar parecer sobre a estratégia municipal de saúde, que irão preparar de seguida, e este diploma determina ainda que do Conselho Municipal de Saúde faça parte um representante das juntas de freguesia, e que o Regimento seja aprovado em Assembleia Municipal, razão pela qual está aqui esta proposta para apresentação à Assembleia Municipal.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Antes, propriamente, de fazer uma intervenção sobre esta questão, queria fazer uma pergunta sobre a proposta de Regimento que aqui é posta a votação, e tem a ver com o artigo 3, alínea h, que é relativamente à composição. Refere a alínea h, que será um dos membros desta Comissão um representante das associações da área da saúde, e a sua pergunta é se nestas associações da área saúde está contemplada também as comissões de utentes.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Respondendo de forma clara e simples, se houver alguma associação chamada comissão de utentes, legalmente constituída, com personalidade jurídica, número de contribuinte, com estatutos, com Regimento para ser eleito e condições para eleger e ser eleito, certamente, poderá integrar estas entidades.

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Não queria, propriamente, fazer desta questão um diálogo, mas o senhor Presidente da Câmara respondeu, exatamente, àquilo que estava aqui e que suspeitavam que estava aqui escrito nas entrelinhas. O senhor Presidente sempre disse aqui que não reconhece as comissões de utentes da saúde do Concelho da Moita, nunca os quis receber, sempre disse isso. E de facto, isto é gato escondido com o rabo de fora. Aqui está patente mesmo, e pela resposta que o senhor Presidente deu, não está a contar com as comissões de utentes, e na CDU lamentam isso, de facto, porque são elementos ativos, são pessoas interessadas, voluntárias, conhecedoras e que, de facto, lutam pelo interesse de toda a população, pelo interesse da saúde de toda a população, e são recebidos em diversos níveis, pelas entidades da administração central, pena é que o município da Moita, da sua terra, não os receba.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Ainda bem que não gastaram o tempo e foram sucintos, só para dar aqui uma informação. O senhor Deputado, mais que ninguém, ou pela experiência que tem, pelo menos enquanto deputado municipal ao tempo que já tem atividade política, melhor que ninguém deveria, ou assim acreditaria, conhecer estas matérias. Aquilo que acabou de dizer decorre do Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro, ou seja, isto que aqui disse decorre da lei. Bem sabe que existe quem goste de dobrar a lei, fazer aquilo que lhes convém, ou para aqueles que lhes dá mais jeito, mas depois de ter aqui um elemento, um deputado municipal, a confundir os papéis entre entidades, ou seja, as quais fazia parte ou representava, agora o que mais faltava a todos era terem um outro deputado municipal a confundi-los, em que não percebem se está aqui em nome de uma suposta, ou alegada, comissão de utentes, ou se está aqui enquanto deputado municipal.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Para ser sincero, acha que não quer perceber aquilo que o senhor Presidente acabou de dizer, porque o disparate é tão grande que, enfim, mas só queria relembrar que a comissão de utentes da saúde da Baixa da Banheira foi recebida, há muito poucos dias, pelo Conselho de Administração da Unidade de Saúde Local da Ribeirinho Sul, tal como era recebida regularmente pela antiga administração regional de saúde, tal como foi recebida pela antiga ministra da Saúde, Marta Temido, portanto, é recebida pelas entidades da saúde a nível nacional, a nível regional, na Câmara Municipal da Moita é que se faz aqui umas quantas confusões, e não se recebe quem, provavelmente, os incomoda. É o que é.

### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Sobre esta questão, vai ser muito rápido, mas estão sempre a rodear aquilo que não devem rodear. Este espírito do ad hoc, das comissões diversas para tudo o que é sítio, é evidente que isto é característica muito própria, muito intrínseca, na CDU, no PCP. A Marta Temido, e os outros senhores e senhoras todas que receberam a comissão de utentes, certamente, põem isso de lado, não estão para se chatear com isso. Aqui na Câmara da Moita, aqui no sítio, como se conhece como é que essas coisas surgem, as conotações que têm, as ligações que têm, o que representa a comissão de utentes e o que representa tudo aquilo que o deputado João Faim referiu, é demasiado conhecido e, por ser demasiado conhecido, e demasiado evidente, e demasiado óbvio, não é aceite. É a coisa mais natural do mundo. Não é aceite e o desafio é simples, porque é que a comissão de utentes da saúde da Baixa da Banheira não se torna numa associação, devidamente legalizada, com aquilo que são os parâmetros exigidos pela lei? Porque é que esse espírito *ad hoc* tem que reinar? Porque é que essa facilidade, essa intervenção, mais uma vez, *ad hoc*, tem que ser a intervenção correta? Isto não faz nenhum sentido.

Vocês têm até essa obrigação, porque é que vocês não promovem a legalização, de acordo com a lei, da comissão de utentes da saúde da Baixa da Banheira? É um desafio que deixa, e essa discussão deixa de existir, ou é importante manter essa discussão indefinidamente? Ou é importante para vocês, e é com certeza, manter essa discussão de uma forma perpétua quase? Acabem com isso, legalizem. É tão simples como tudo isso, qual é o problema?

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

O tempo é limitado e vai ser muito sucinto. Sobre a afirmação que já foi feita de representação das comissões de utentes, não estão mandatados, nem o próprio está mandatado aqui para representar, nem faz parte de uma comissão de utentes da saúde. Agora, reconhecem e valorizam o trabalho que é feito por essas comissões de utentes na defesa da saúde de toda a população do concelho, e que a Câmara devia ter isso em conta, e é isso que não tem. Já agora, não estão a sugerir nada de ilegal, as comissões de utentes estão perfeitamente legalizadas, não têm que estar legalizadas é como associações como os senhores referem. Aliás, a própria lei, e quem faz parte das juntas de freguesia, por exemplo, sabe o tratamento que é dado às comissões de moradores. não têm que ser associações, não têm que ter número de identificação fiscal e são reconhecidas perante a lei. São entidades idóneas, que fazem parte, exatamente, dos organismos de base, onde assenta o poder local democrático, e aqui a participação da cidadania também tem a ver com as comissões de utentes. É isso que se quer valorizar, e é isso que os senhores não querem.

#### **Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS**

Queria só deixar aqui uma nota porque acha que deve deixar, porque esta discussão já é antiga, sobre a legitimidade das comissões de utentes, se devem ou não devem estar em determinados órgãos, ou ser recebidos ou não por determinados órgãos. Acredita que as comissões de utentes da saúde façam um trabalho bastante importante, de auscultação daquilo que é também algumas preocupações da própria população, e que até tenham toda a legitimidade para poder procurar soluções para os problemas que defendem, ou que tentam, de alguma forma, defender. O que a si não lhe faz sentido é que se considere estas comissões como algo que seja legal. Para já, porque não são eleitas, não têm representatividade de toda a população que dizem que representam, porque o próprio não se sente representado pela comissão de utentes.

Não conhece quem são as pessoas. Não sabe o que defendem, nunca o questionaram sobre o que é que defendem, nunca lhe disseram a si o que é que defendem, por isso não sente que tenham legitimidade para o defenderem a si, e isso acontece porque não existe uma legalização dessa comissão de utentes como associação, que permite ser eleita, eleger os seus órgãos e todos aqueles que fazem parte dessa comissão estarem, efetivamente, representados dessa forma. Por isso, acredita que tenham boas intenções, que todos aqueles que fazem parte das comissões de utentes tenham boas intenções na defesa daquilo que são as suas ideias e aquilo que representam, mas não faz sentido nenhum pensar sequer que, num concelho de saúde municipal, se equacione colocar uma comissão que não tem qualquer tipo de legitimidade para lá estar, primeiro, precisamente, por causa disso, porque ela não representa os utentes na sua totalidade, não é uma associação formada legalmente, não é eleita e não elege os seus órgãos.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou à Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Pedi a palavra para dizer uma coisa muito simples, e que, de tão simples que é, acha que é importante para ficar claro para todos. A constituição que aqui descrevemos decorre da lei, e bem sabe que a CDU gostava, à força, de lá meter a comissão de utentes, mas a lei não permite. É uma coisa tão simples quanto isto. A constituição que aqui trazem decorre da lei. Quanto às boas intenções, deve dizer que a informação que essa entidade, entidade não, pseudo entidade, levou aos médicos do antigo centro de saúde da Baixa da Banheira, obrigou a que os seus serviços tivessem que organizar uma visita com os médicos do antigo centro de saúde da Baixa da Banheira para lhe mostrar que, ao contrário daquilo que se dizia, e se apregoava por alguns, que as obras estavam a decorrer dentro da normalidade e que aquilo ia ser mesmo construído. Porque alguns médicos estavam a pensar ir embora da Baixa da Banheira, face àquilo que lhes ia sendo relatado por algumas pessoas.

Por isso, quer dizer que é preciso ter muita atenção nestas coisas e que devem sempre salvaguardar o superior interesse da população, acima dos interesses político-partidários que possam existir dos

membros que participam nesta ou naquela organização. Os supremos interesses da população têm que estar acima de tudo. No âmbito desta descentralização de competências, cumpre-lhes agora criar o Conselho Municipal de Saúde do município, a sua composição decorre daquilo que está previsto na legislação em vigor. É disto que estão aqui a falar, os senhores, se não concordam com a forma como isto aqui aparece, terão sempre a oportunidade, não neste espaço, noutra, onde estão representados, embora em menor número, de propor uma alteração legislativa, ou seja, na Assembleia da República, neste caso, para que estes conselhos municipais, seja estes, sejam outros, a sua constituição possa ser diferente, agora este decorre da lei e este não é o espaço de fazerem alterações legislativas. Esse espaço é outro, outro onde a vossa força política também está representada, e é lá que devem propor essas alterações. Não concordando, é essa sugestão que aqui deixa, na Câmara vão cumprir o que está previsto na lei, só isso.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

É muito curta a intervenção, mas pensa que é importante. Aquilo que é normal num país democrático é que os representantes dos demais sejam eleitos, sejam sujeitos ao voto daqueles que representam. É tão simples como tudo isto. É evidente que essa representatividade, as boas intenções, não duvida nem põe em causa, mas há aí um pormenor que surge do tal espírito ad hoc, surge das tais fugas pelas laterais, que é o manter determinado tipo de pessoas, de forma eterna, nesse tipo de comissões, e isso não é o normal no país. No país, os representantes dos demais fazem-se eleger, submetem-se ao voto dos outros. É tão simples como tudo isso. Isso é que é normal.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Só para frisar que o que fica aqui patente é que a bancada do PS, e o executivo do PS, não conhece, minimamente, o funcionamento das comissões de utentes da saúde, nem de outras comissões de utentes. É que não conhecem e não reconhecem, o que é pior ainda, porque podiam não conhecer.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com vinte e um votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; dez abstenções da CDU.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado Rui Pedro Garcia**

“Para o PCP, é essencial que qualquer processo de descentralização não resulte na fragmentação dos serviços de saúde, mas sim na sua valorização e fortalecimento. Acreditamos que a saúde é um direito universal e que todos os cidadãos devem ter garantido o acesso a cuidados de saúde de qualidade, independentemente da sua localização geográfica.

Contudo, o modo como este processo tem sido conduzido, levanta preocupações sobre os riscos de uma gestão descentralizada que possa priorizar interesses locais em detrimento de uma coordenação nacional eficaz, o que pode comprometer a equidade no acesso aos serviços de saúde.

É imperativo assegurar que as comissões de saúde desempenham um papel ativo e significativo na elaboração e implementação de políticas de saúde. Essas estruturas, que representam a comunidade, atuam como elo vital entre as instituições e os cidadãos.

O exemplo disso é o trabalho regular da comissão de utentes da saúde da Baixa da Banheira, que reuniu há poucos dias com a administração da Unidade Local de Saúde no hospital do Barreiro, e no passado dia 22 de fevereiro, organizou uma marcha entre a Baixa da Banheira e o Barreiro.

Lamentamos profundamente que este executivo PS da Câmara Municipal da Moita opte por não reconhecer e ostracizar as comissões de utentes.

O evento contou com a presença de vários eleitos da bancada da CDU. Foram os únicos eleitos do concelho a se unirem a este protesto contra o encerramento de valências no centro hospitalar Barreiro Montijo.

As demais comissões de saúde funcionam como plataformas de discussão e consulta, promovendo a participação cidadã e garantindo transparência no processo de gestão da saúde.

Os eleitos da CDU acreditam que a participação democrática das comunidades é crucial para o êxito das reformas, e que é fundamental ouvir as vozes dos profissionais de saúde e utentes na formulação de políticas que impactam diretamente a sua prática e a qualidade dos serviços prestados.

A transferência de competências na saúde é um processo complexo que exige uma reflexão cuidadosa. As comissões de saúde são essenciais para garantir não só uma gestão eficaz e participativa, como uma abordagem que priorize a equidade e a universalidade no acesso aos cuidados de saúde.

O diálogo e a colaboração entre os diversos atores são fundamentais para construir um serviço de saúde mais justo e eficiente em Portugal.”

### **Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora**

“O nosso voto a favor, resulta de que isto é o que, efetivamente, consta do Decreto-Lei que foi aqui referido, no entanto, em relação ao debate que aqui foi feito sobre as comissões de saúde, lamentamos que a Câmara Municipal da Moita se recuse, sistematicamente, a receber estas comissões, escondendo a cabeça na areia como se elas não existissem. E aí, baseando-se sempre na sua legalidade, na sua elegibilidade, o que quer dizer, se fôssemos por aqui, que o movimento dos Capitães de Abril não podia ter existido e hoje não estávamos aqui. É bom que a gente, às vezes, também tenha um bocadinho de tola para pensar nestas coisas.”

### **3.7A - Eleição do Representante dos Presidentes de Junta e União de Freguesias, e seu substituto, para o Conselho Municipal da Saúde do Município da Moita**

“Atendendo a que Regimento Interno do Conselho Municipal da Saúde do Município da Moita refere que integra a sua composição, de acordo com a alínea c) do nº1 do artigo 3º, “Um presidente da Junta de Freguesia eleito em assembleia municipal, em representação das freguesias do município” propõe-se, como representante e substituto, respetivamente, a Presidente da União de Freguesias do Gaió-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Filipa Fernandes da Costa, e a Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Andreia Gonçalves Dias.

Nesse sentido, coloca-se à votação por escrutínio secreto o solicitado.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação por escrutínio secreto a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com vinte votos a favor, um voto contra, dez votos em branco.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

### **3.8 - Lançamento de uma hasta pública para a concessão do direito de exploração da gestão e ampliação das piscinas recreativas do Parque Zeca Afonso**

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor, quatro votos contra da CDU, uma abstenção do vereador Independente e o voto de qualidade do Presidente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 25/02/2025:

“Considerando que:

- a) O Município de Moita tem como uma das suas atribuições a gestão da ocupação e utilização do espaço público e dos espaços verdes;
- b) Compete à Câmara Municipal, no seguimento das atribuições municipais, promover as ações necessárias à requalificação e dinamização dos seus equipamentos e edifícios, contribuindo para uma vivência mais saudável destes locais e para a diversificação das experiências de lazer e de fruição da vila da Moita;
- c) O Município da Moita é proprietário das piscinas Municipais do Parque da Zona Ribeirinha na Baixa da Banheira;
- d) No âmbito da gestão eficiente e eficaz da ocupação e utilização do espaço público que se pretende atribuir a exploração das piscinas exteriores.
- e) Na concessão de exploração opera-se a transferência para o concessionário dos poderes públicos de gestão e administração do bem dominial (nunca da sua titularidade), ocupando este a posição anteriormente exercida pela administração. O concessionário de exploração do domínio público é um gestor do bem ou parcela do domínio público por via de uma delegação de funções públicas.
- f) A concessão de exploração das piscinas exteriores deverá decorrer de processo aberto à concorrência promovido pelo Município, otimizando as condições de participação nesse procedimento e de valorização da propriedade municipal;
- g) Considerando os princípios previstos no Capítulo I do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, a câmara municipal deve assegurar a concorrência efetiva, a adequada publicidade e proporcionar o mais amplo acesso aos procedimentos, e porque a câmara não tem um regulamento municipal que determine as condições e procedimentos a efetuar para executar as concessões, as peças do procedimento da Hasta Pública, constituídas pelo Programa e Caderno de Encargos, devem cumprir, todos os requisitos legais e regulamentares, a adequada publicidade e proporcionando, tempestivamente, o mais amplo acesso aos procedimentos, de modo a garantir o total conhecimento aos eventuais interessados;
- h) A hasta pública, no cumprimento das regras estabelecidas para o efeito, é o mecanismo mais apto a prosseguir os objetivos anteriormente enunciados, fixando o Município o preço base de licitação enquanto mínimo que deseja receber, deixando depois ao mercado o ajustamento ao que tenha por adequado face à perspetiva de desenvolvimento do negócio;
- i) O valor base de licitação para a retribuição mensal a pagar pelo adjudicatário da concessão de uso privativo do domínio público é de 1.705,00€ (mil setecentos e cinco euros).
- j) Compete à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e a fixar as respetivas condições gerais, conforme estabelece o regime jurídico das autarquias locais na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.

Face ao exposto:

1. Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, e da alínea e p) do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submeter à Assembleia Municipal:
2. A autorização para o lançamento de Hasta Pública para a concessão do direito de exploração da gestão e ampliação das piscinas recreativas do Parque Zeca Afonso;
3. Aprovar o Programa do Procedimento da Hasta pública, nos termos da minuta em anexo (Anexo I);
4. Aprovar o Caderno de Encargos, nos termos da minuta em anexo (Anexo II);
5. Fixar o valor base de licitação dos espaços municipais objeto da hasta pública, de acordo a alínea h).
6. Aprovar a constituição da Comissão da Hasta Pública, com a seguinte composição:

**Presidente da Comissão:**

**a) Presidente da Comissão:**

Sara Ferreira

(Diretora do Departamento de Educação, Desenvolvimento Social e Cultura)

**b) Vogais efetivos:**

Tiago Fatia

(Chefe da Divisão de Desporto e Juventude)

Ligía Vasques

(Chefe da Divisão de Estratégia)

**c) Vogais suplentes:**

Rita Encarnação

(Diretora do Departamento de Ambiente, Estratégia, Inovação e Urbanismo)

Antónia Valente

(Técnica Superior do Divisão de Gestão Financeira)

7. Delegar na Comissão da Hasta pública, poderes para promover todos os atos previstos no Programa do Procedimento da Hasta, incluindo a prestação de esclarecimentos, por iniciativa própria ou a pedido dos interessados, prorrogação dos prazos de entrega de candidaturas, sempre que tal seja devido, adequação das regras e procedimentos de licitação em função das necessidades e da salvaguarda do interesse público, promoção da adjudicação provisória e proposta de adjudicação definitiva.
8. Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal ato de adjudicação e todos os atos subsequentes até à outorga definitiva do contrato.

Anexos:

- Programa de Hasta Pública e respetivos anexos
- Caderno de encargos e respetivos anexos”

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

**Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Cumprir-lhe apresentar esta proposta, e lembrar todos os presentes que também ela decorre do programa eleitoral com que o Partido Socialista se apresentou a eleições, e foram eleitos pela população dizendo que queriam, neste caso, ampliar as piscinas da Baixa da Banheira, para que pudesse ser um sítio mais aprazível e para que pudesse receber mais pessoas, criar novas dinâmicas, gerar novas centralidades, ser ali um novo polo de desenvolvimento no parque Zeca Afonso.

Entre tantos projetos que a Câmara Municipal da Moita tem, atualmente, entre mãos, nas demais diferentes freguesias e ou localidades, não lhe é possível, neste momento, abraçar mais este projeto, mas como querem e têm muita vontade de cumprir o seu programa autárquico, decidiram-se por esta ferramenta, para poder assim tornar possível essa aspiração de todos os banheirenses, e não só, de todas as pessoas do concelho da Moita, bem como aqueles que aqui os visitam, para poderem ter acesso a uma piscina maior, com mais condições e com mais qualidade. E é aqui, desta forma, que apresentam então este lançamento para a hasta pública da concessão do direito de exploração da gestão, da ampliação das piscinas recreativas do parque Zeca Afonso.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

**Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS**

Sobre esta proposta queria, claramente, saudar o executivo por a colocar aqui à discussão, a apresentar e seguir este caminho. Acha que, claramente, todos percebem que as piscinas da Baixa da Banheira precisam de ter esta obra, acha que vai servir muito melhor a nossa população.

Aquilo que está aqui apresentado é um mecanismo normal para conseguir atingir esse objetivo, como é óbvio, salvaguardando aquilo que são os interesses também do município, e pelo que conseguiu ler da proposta, verifica-se aqui que foi salvaguardada a gratuidade de alguns bilhetes, e até num volume bastante significativo, que possa ser usado para o município e o movimento associativo, ou até as instituições de solidariedade social, e por isso acha que é uma proposta que vai permitir alcançar o objetivo, de uma forma ligeiramente diferente daquela que estão habituados, mas é um mecanismo como outro qualquer, e quer saudar o município por esta proposta.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Têm aqui uma opinião ligeiramente diferente, como é natural, já tiveram, no tempo da gestão CDU, a gestão privada nas piscinas, e essa gestão privada provou ser muito pior do que a gestão pública, portanto, neste processo que aqui está, volta a ter sob gestão privada um equipamento municipal que, no caso da CDU, acham que provou não ser a mais adequada. Não têm nada contra o alargamento da piscina, pelo contrário, mas gostariam que esta proposta fosse separada para poderem votar favoravelmente o alargamento da piscina.

Depois a questão do modo como a proposta está feita, tem também uma questão, que não acompanham, naturalmente, porque acham que a ampliação da piscina deve ser feita pela Câmara Municipal, e podem até ter aqui algumas dúvidas, porque o modo como está aqui configurada a compensação ao privado pela ampliação da piscina, poderá ser até um modo de contornar o código dos contratos públicos, uma vez que transfere para o concessionário os encargos com a empreitada, compensando depois com a redução das tarifas. Ora, isto é o município, indiretamente, a pagar as obras sem proceder à contratação pública, portanto, contornando a aquilo que é a lei em vigor.

Pedem à Câmara que esta proposta possa ser retirada, possa ser separada, para poderem votar separadamente estas duas propostas.

### **Tesoureiro da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Luís Cerqueira**

Saudar a Câmara por este investimento na Baixa da Banheira, quem ganha são os banheirenses, aquelas instalações precisam de ser ampliadas, estava no programa do PS, foi uma aposta na qualidade e num equipamento de lazer aos banheirenses. Na proposta está garantido os bilhetes para as crianças, está acautelada essa questão social, portanto, só assim conseguem desenvolver a Baixa da Banheira e, rapidamente, inverter o ciclo de paragem a que esteve, durante anos, votada a Baixa da Banheira. Houve modelos de gestão da CDU, como já ouviram aqui, que não funcionou, não quer dizer que o modelo de gestão implementado aqui não resulte. Vai funcionar, com certeza, com o PS na sua gestão, e é sem dúvida uma forma de terem, rapidamente, a ampliação das piscinas e poderem dar aos banheirenses um equipamento que costuma estar lotado, atualmente, está lotado, não serve todos os banheirenses e assim poderá servir a grande parte do concelho.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou à Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Compreende que os senhores não se sintam confortáveis com o próprio documento que apresentaram, na altura, aquando da concessão das piscinas e entrega de imediato a um privado, no qual, todos os dias, só ficavam com 20 ingressos gratuitos para poder fazer deles aquilo que achassem por bem. Compreende que não tivessem salvaguardado todas as questões, como a manutenção e outras situações, porque se o tivessem feito, este executivo, quando recebeu este equipamento, ou seja, quando tomaram posse e foram ver estes equipamentos, não teriam, como ainda há pouco tempo, trocado os filtros da piscina da Baixa da Banheira, e verificado que os filtros da água da piscina nunca haviam sido trocados. Pelo menos, foi o que a empresa disse, “como é que é possível aquilo nunca ter sido trocado?” Por isso, é grave aquilo que vão vendo e vão sabendo da degradação dos diversos equipamentos que lhes foram deixados, e que não é novidade nenhuma para ninguém perceber que chegam ao Estado a que chegaram, fruto da ausência de manutenção de vários anos. E, também não o vão desmentir, que só agora é que as piscinas cobertas de Alhos Vedros têm um elevador, porque também não tinha um elevador.

Por isso, bem sabe que, numa versão mais leste, querem ter as suas próprias verdades, mas as verdades são aquelas que estão aqui inscritas e aquelas que aqui aparecem, e não outras. E a verdade é que, ao contrário do que acontecia no passado, atualmente, exigiram, neste caso, como está aqui previsto e programado, 75 bilhetes gratuitos diários. Não são 20, são 75 bilhetes gratuitos, e a redução que aqui é falada só existe após as obras, porque todos sabem que uma coisa meter em hasta pública um equipamento novo, com determinadas características, outra coisa é por outro que irá carecer de obras e que irá carecer de investimento. E ainda assim, comparando com os preços que a CDU colocou no documento, está muito mais elevado, já para não falar que não andaram a dar borlas a ninguém no tempo do Covid sem ter a documentação devidamente assinada, e isto só para se entenderem no que diz respeito ao complexo das piscinas.

Por isso, a proposta que está aqui para ser aprovada é esta, não é outra. São a favor, e aquilo que tem que ficar claro, é que a Câmara, atualmente, não consegue chegar a todas as áreas, estão a fazer obras

em várias localidades do município, em diversas vertentes, de diversas naturezas. Ainda hoje, esteve no Vale da Amoreira a ver as obras no multisserviços, como também já esteve a ver as obras que estão a decorrer as obras junto ao Tribunal da Moita, ou à escola primária, para os novos serviços de educação, por isso são muitas as obras que estão a decorrer na Moita, em várias localidades. Este é mais um projeto que, no momento, a Câmara Municipal, até ao final deste mandato, não consegue abraçar, e esta é a forma rápida e expedita e é um instrumento legal para o fazer. Está salvaguardado do ponto de vista jurídico e a proposta que trazem é esta e não outra.

Os senhores podem não querer a ampliação das piscinas em liberdade, votar em liberdade que não querem a sua ampliação, como sempre fizeram e sempre prometeram as coisas para calendas gregas. A segunda fase da biblioteca do Vale da Amoreira está por executar até hoje, nunca saiu do papel, só lá está constituída e construída a primeira fase da biblioteca do Vale da Amoreira. Por isso, os senhores são ótimos, neste caso, a apregoar sonhos, mas o que estão aqui a falar é da realidade, e quem quer fazer as coisas, na realidade, como têm vindo a fazê-lo, tem que encontrar soluções. Esta é a solução que aqui apresentam. A alternativa é não ter a ampliação das piscinas, mas, em liberdade, votem como acharem por bem.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Ainda bem que a contagem do tempo inicial para a Câmara não contou, e agora voltam aqui aos 7 minutos no segundo tempo, e o senhor Presidente ainda tem mais qualquer coisa, porque brindá-los com estas pérolas, realmente, lamenta, não dignifica o órgão onde estão, mas não tem outra reação senão “isto é barrigadas de rir”. Desculpe, mas é mesmo assim, que é para não se chatearem, porque referir que não há manutenção, referir que a CDU não quer isto e não, mas quem é que construiu a piscina que lá está? Caiu do céu? Quem é que construiu a piscina em Alhos Vedros, quem é que lançou a obra da piscina da Moita?

Portanto, a questão aqui fundamental que está em causa é, e que o seu camarada João Figueiredo já aqui tocou, no fundo, que o que está aqui a ser feito é uma parceria público-privada, lesiva dos interesses do município, porque é uma obra que devia ser feita pela Câmara, é um investimento, como já aqui alguém falou, e bem, é um investimento, e estão a fazer este investimento de forma enviesada deduzindo nas tarifas. Uma obra para fugir, exatamente, há contratação pública, ao concurso público da obra em si, que devia ser feito. A questão aqui fundamental é essa, agora, o senhor Presidente pode fazer a campanha que quiser, deturpar aquilo que diz, a manutenção nunca foi feita, os filtros nunca foram mudados, nunca, nunca, nunca, nunca. O senhor Presidente tem a razão, fala com a verdade que lhe conhecem, é uma pessoa verdadeira, toda a gente no concelho conhece que o senhor fala verdade todos os dias, e pode continuar a dizer essas coisas todas porque, realmente, há quem acredite, mas, se calhar, há quem não acredite. Paciência. Mas, de facto, é uma pérola e agradece ao senhor Presidente mais esta pérola com que a Câmara o brindou.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Permita-lhe só responder, porque não percebeu o que disse sobre a Câmara, porque se combinou que a apresentação das propostas não tinha tempo. Quer dizer, tem uma razoabilidade, não tenham dúvidas nenhuma que, se começar a esticar a apresentação das propostas.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Era a apresentação da proposta, não as conjunturas e as divagações que, na apresentação da proposta, foram logo feitas e que deviam ter sido alvo de reparo pela Mesa, e que não foram, mas isso já os habituaram que é assim. A apresentação da proposta é a proposta, agora, a divagação, porque na apresentação da proposta já veio a divagação, e depois a pérola que ouviram a seguir. Mas pronto, acha que estão bem, estão no bom caminho, e só espera que em outubro, ou no final de setembro, ver o povo da Moita dar volta a isto.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Sobre esta questão, e até costume alongar-se um bocadinho, mas vai tentar ser o mais conciso possível. Diferenças de políticas não há assim muitas em termos daquilo que foi a exploração inicial da piscina. Não resultou? Acredita que sim. O Presidente da Câmara já deu ali algumas informações que revelam, realmente, que não teria grande hipótese de resultar. O bloqueio do privado e do público, é um bloqueio que é da CDU, tudo bem, mas há uma coisa que lhes quer dizer, quando se refere às próximas eleições, que as pessoas já fizeram escolha, e essa escolha foi feita há 3 anos. E aquilo que é importante,

baseado na escolha que foi feita há 3 anos atrás, é que quem entrou, fazendo as promessas que fez, as cumpra. E aquilo que a Câmara está a fazer é tentar cumprir as promessas que fez.

Portanto, logicamente, que é tentar, seria ótimo que todos aqueles que fazem promessas as cumprissem na íntegra. Isso é como a história do orçamento no outro dia, portanto, os orçamentos são documentos provisionais, preveem determinados cenários, e assim são as promessas que se fazem em eleições. Portanto, é uma expectativa que se cria. São promessas que se fazem e o objetivo é tentar cumpri-las. E é isso que a Câmara está a fazer, e daqui a uns tempos, as pessoas vão votar novamente, e depois verão qual é a escolha.

Portanto, as melhorias são evidentes, portanto, alargar as piscinas, permitir que os mais desfavorecidos, em maior número, lá cheguem, um maior rigor que, naturalmente, só pode ser feito por privados. Os privados têm coisas que não são muito boas, mas têm coisas que são boas, claro que, em função da preocupação do lucro, têm tendência a criar as melhores condições. Isso é inegável. Isso é da vida, todos percebem isso todos os dias. É muito mais fácil o desleixo no público do que no privado, e isso têm que saber reconhecer, portanto, é mais simples gastar o dinheiro que não é nosso do que gastar o dinheiro que é nosso. É mais fácil gastar aquilo que não nos pertence do que aquilo que nos pertence, portanto acredita, de uma forma muito profunda, que esta proposta que aqui está vai, com certeza, ter resultados diferentes daquilo que foi o que a CDU tentou fazer. Esta proposta é mais evoluída, é mais esclarecida, em função das experiências anteriores, portanto, há que esperar. Há que esperar, e vão ver como é que as pessoas vão reagir nas próximas eleições.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Em relação a esta situação, quer, desde já, dizer que o Bloco de Esquerda não vai acompanhar esta proposta positivamente, por duas ou três questões, e que não têm nada a ver com o ser privado ou deixar de ser privado, na principal que tem é que a Câmara apresenta aqui 80% de subsídio do aluguer anual ao privado para que ele faça as obras. Assim, e não fez as contas muito rapidamente, mas muito rapidamente, isto deve andar à volta de uns 170000 euros nos dez anos. Penso que qualquer obra de alargamento, qualquer obra que se queira ver, e que se estão aqui a “babar” todos porque vai ser feita, com 170000 euros não vai ser feita. Portanto, vai ser com muito mais, e onde é que o privado vai buscar isso? Aos ingressos, e os ingressos, numa população que é relativamente pobre, como é a da Baixa da Banheira, podem lá pôr 30 ou 40 ou 50 ou 60 entradas por dia, a verdade é que vai afastar as pessoas que mais necessitam e que não chegam lá, que não vão para lá dormir como já fazem nos centros de saúde, não vão para lá dormir para apanhar bilhetes gratuitos e vai afastá-las da piscina.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou à Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

A Piscina tem uma lotação máxima, lotação essa máxima que agora reside nos 375 lugares, ou seja, o que a Câmara Municipal quer, e propõe, é que haja um aumento do espelho de água, e com o aumento do espelho de água irá aumentar o número de utentes, ou banhistas, dessa mesma piscina. Por isso, as contas que se podem e devem fazer, neste caso, é depois os eventuais custos de operação, ou de exploração do mesmo, é dividir por todos os utentes, certamente, com maior público, maior adesão, não se enquadrará. Isso é a lei da oferta e da procura, que pode ser assim ainda um bocado estranha, com que o PS se sente confortável, mas compreende que possa haver alguma renitência em áreas mais à esquerda do PS nessa matéria com o setor público e, neste caso, com a iniciativa privada.

E lembrar também que o desconto, e muito importante, só é dado após a execução das obras, ou seja, têm 3 anos para apresentar o projeto, porque obriga a consultar as entidades, e depois 2 anos para executar as obras, ou seja, as obras têm que estar executadas num período de 5 anos, e depois a concessão é de 10 anos, podendo então aí vir a ser renovada novamente, por isso quer deixar clara esta matéria relativamente a isso mesmo. Mas, aqueles que agora se demonstram, neste caso, com urticária a parcerias públicas-privadas, não os viu terem essa mesma urticária em outras parcerias que houveram neste concelho, não pela Câmara Municipal, mas por outras autarquias, nomeadamente, na Baixa da Banheira, na escola D. João I, mas fica o registo.

#### **Tesoureiro da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Luís Cerqueira**

Resumidamente, o que estão aqui a dizer é que o que a CDU quer é continuar com as piscinas com filas à porta e sem servir toda a população. Isso é o que a CDU quer. O que estão a falar aqui é desenvolver o concelho, é ampliar as piscinas que existem no concelho de ar livre e servir mais

população, servir melhor o concelho. É isto que estão a falar, e começa aqui hoje esse futuro. Daqui a 5 anos têm as piscinas construídas.

Relativamente à questão da população pobre, é um facto, a população não é pobre, têm todos os extratos sociais na Baixa da Banheira, todos, e não podem continuar a alimentar que a população é pobre. A população é pobre, e está em todos os extratos sociais, como existem em outras freguesias, e isso já foi acautelado aqui, existe uma parte da bilheteria que continua a servir uma parte da população, não é os pobres, é a parte social e a outros preços. É verdade, está acautelado, e a questão da sustentabilidade, com certeza, foi acautelada neste projeto, portanto, o futuro continua a acontecer no concelho da Moita, neste caso, especificamente na Baixa da Banheira, nas piscinas ao ar livre, portanto, saudar aqui a Câmara pela coragem de fazer mais e melhor e diferente.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Só queria lembrar aqui a bancada do PS, porque parece estar esquecida, que quem construiu as piscinas foi um executivo de maioria CDU, maioria absoluta CDU, tal como o resto do Parque Zeca Afonso, e a CDU não se opõe, ao contrário do que querem inventar, e querem fazer passar, e o senhor Luiz é useiro nisto, na Assembleia de Freguesia farta-se de o ver fazer coisas destas, e não se preocupe porque já estão habituados. Mas, ao contrário do que querem fazer crer, a única coisa que a CDU quer é que o bem público seja bem gerido. Querem que as piscinas sejam expandidas, sejam ampliadas, cumprindo a lei, no espírito da lei e no respeito da boa gestão pública, que é isso que não está aqui a acontecer por parte do PS, aliás, como é habitual, como têm visto em muitos governos do PS, e estão a ver na autarquia da Moita.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Só queria dizer duas coisas muito rapidamente. A primeira é que, efetivamente, a população do concelho, e na Baixa da Banheira, principalmente, é pobre, e aqueles que o não são procuram as praias no seu transporte próprio, ou procuram outras piscinas, noutros lados, com muito melhores condições, e não vão para ali. A situação agora, como foi exposta pelo senhor Presidente, para si, ainda é mais preocupante, porque estava a fazer a conta do “subsídio” da Câmara ao privado em 170000 euros em 10 anos, mas parece que é só em 5, portanto, em 5 serão pouco mais de 80000 euros, o que quer dizer que os bilhetes a pagar ainda vão ser muito mais caros.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com dezoito votos a favor, sendo quinze do PS, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; uma abstenção do PSD; doze votos contra, sendo dez da CDU, dois do BE.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado Municipal João Figueiredo**

“Só para não fiquem quaisquer tipos de dúvidas, nós não nos opomos, pelo contrário, nós concordamos com a ampliação das piscinas. Nós não concordamos, claramente, é com o modelo de negócio que foi escolhido, pelas dúvidas que aqui expusemos. Isto, para nós, é fugir à lei da contratação pública.”

#### **Declaração de Voto do Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS**

“Naturalmente, votei a favor, porque embora nós saibamos, perfeitamente, que o progresso, o desenvolvimento, causa mau estar nalgumas hostes, é absolutamente normal, isto acontece em tudo na vida, na política, no desporto. É assim mesmo. É normal que assim seja. Mas, não é com isso que as populações se governam, as populações governam-se, exatamente, com o progresso, o desenvolvimento, o bem-estar, a melhoria, fazer o que tem que ser feito, melhorar o tem que ser melhorado, e é isso que este executivo tem feito ao longo deste mandato e, com certeza, vai terminá-

lo ultrapassando até aquilo que foi o seu programa, fazendo mais e melhor, daí votar a favor da ampliação das piscinas.

Se as PPP's incomodam alguns, a mim não me incomodam, bem pelo contrário, e saúdo o executivo. Senão fosse assim, se não fosse com a crença, com a vontade, com a determinação, com a competência, ainda hoje, o centro de saúde da Baixa da Banheira estava parado, a escreverem coisas lá nas paredes e, felizmente, e graças a este executivo, os banheirenses, hoje, podem, finalmente, usar aquele centro de saúde que bem merecem, bem merecem, e, com mais ou menos comissões, o que é facto é que foi graças ao executivo.”

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora**

“O nosso voto contra tem a ver com a preocupação de que, com um investimento desta dimensão, feito por privados, o mesmo queira rapidamente recuperar o dinheiro à custa do aumento do valor dos ingressos, afetando assim uma população com problemas económicos acentuados, levando ao afastamento dos utilizadores concelhios, que nem um número maior de entradas sociais irá colmatar.”

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado Daniel Justo**

“Nós votámos favoravelmente esta proposta de ampliação das piscinas na Baixa da Banheira, porque os banheirenses merecem, os amoreirenses merecem, consta do programa eleitoral do Partido Socialista e é para cumprir. Portanto, eu peço ao executivo que continue a fazer, em 4 anos, o que a CDU não fez em 47.”

#### **Declaração de Voto da Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

“Querida reafirmar que a CDU construiu o Parque José Afonso, construiu as piscinas a céu aberto, fez toda a manutenção ao longo dos anos. Neste momento, a CDU é a favor da ampliação das piscinas, mas é contra o processo que se está aqui a propor na Assembleia para a ampliação.

Querida também relembrar que o centro de saúde da Baixa da Banheira não foi construído há mais anos, e há muitos anos, mais de 10 anos, porque, sucessivamente, os governos PS assim o entenderam, que ele não havia de ser construído. A CDU sempre lutou por isso, portanto, teve a sorte, o PS, de terminar a construção do centro de saúde da Baixa da Banheira.”

### **3.9 - Revogação do Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo Conde de Ferreira**

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, e cinco abstenções, sendo quatro da CDU e uma do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 25/02/2025:

« Em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 127.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atualizada, os planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine, seguindo-se, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos para a sua aprovação e publicação.

O Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo do Conde Ferreira, em anexo à presente proposta e dela fazendo parte integrante, foi aprovado por deliberações da Assembleia Municipal de 28/7/94 e 23/2/95 e foi publicado no Diário da República n.º 185, II Série de 11/08/1995.

Atualmente, o presente plano continua em vigor, embora desatualizado e eminentemente desadequado, atendendo à nova conformação legal dos vários diplomas em sede de ordenamento do território, *in casu*, a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e a publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), corporizado no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio e respetiva regulamentação (Decreto-Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto).

Acresce que, os objetivos iniciais que presidiram à sua elaboração alteraram-se significativamente face às novas dinâmicas de gestão territorial e desenvolvimento urbano definidas pelo Município para esta área do concelho da Moita e à evolução territorial verificada em três décadas de vigência deste instrumento.

Efetivamente, o Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo do Conde Ferreira encontra-se eminentemente obsoleto e desatualizado, tendo sido elaborado a coberto da versão inicial do PDM da

Moita concluída em 1982 e aprovada em 1983, sendo que permaneceu ainda vigente aquando da aprovação do atual Plano Diretor Municipal da Moita (PDMM) que entrou em vigor a 27 de maio de 2010, e foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 102, de 26 de maio de 2010, através do Aviso n.º 10488/2010.

Contudo, a despeito da sua vigência formal, o mesmo em sede de conteúdo, encontra-se indubitavelmente desatualizado e obsoleto, não sendo aplicável, e ademais a área sobre a qual incide, encontra-se quase na sua totalidade consolidada e executada, pelo que se mostra totalmente despicienda a manutenção da sua vigência, não acrescentando este instrumento qualquer utilidade em sede de ordenamento e gestão territorial.

Com as alterações introduzidas pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e a publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), corporizado no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio e respetiva regulamentação (Decreto-Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto), que introduziram alterações significativas e estruturantes no contexto legal em matéria de ordenamento do território, tornou-se ainda mais notória a desatualização e incompatibilidade legal do Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo do Conde Ferreira com os diplomas supra-identificados, bem como com os princípios estratégicos que os mesmos corporizam.

Por outro lado, verifica-se também, que o articulado do seu regulamento está obsoleto, evidenciando omissões, falta de clareza e desatualização face às novas diretrizes e terminologia decorrentes da entrada em vigor de novos diplomas legais em matéria de ordenamento do território, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e que determinou o início do procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal da Moita que se encontra agora em fase final de aprovação.

No âmbito do procedimento de alteração do PDM da Moita para adaptação ao RJIGT, questionou a CCDR-LVT sobre a vigência dos planos de pormenor no município da Moita, tendo a edilidade informado que efetivamente existiam 3 planos de pormenor vigentes, mas que se encontravam totalmente obsoletos e desatualizados, tendo nessa conformidade a CCDR-LVT recomendado que o devido procedimento seria a revogação dos mesmos, tornando-se ainda mais premente com a adaptação do PDM às normas do RJIGT, o que se tornaria incompatível com a vigência de planos de pormenor desatualizados e cujas normas se encontrem em clara dissonância com os mesmos, bem como desadequados nas novas dinâmicas territoriais.

Desta forma, assume-se como indubitável que este instrumento deixou de ter capacidade para acompanhar as sucessivas alterações e desafios que, cada vez mais, exigem uma abordagem integrada e flexível das intervenções territoriais, criando assim, um inevitável desfasamento e desajuste entre os conceitos e estratégias que presidiram à sua implementação.

Assim, e atendendo ao facto de que já passaram quase três décadas desde a sua publicação em Diário da República, e ao facto de a área objeto do plano de pormenor já se encontrar quase totalmente consolidada e executada, considera-se que a estratégia territorial, bem como o modelo de ocupação urbanística e as soluções que preconiza estão desajustadas às novas premissas de ordenamento e gestão territorial, bem como à legislação que regula os instrumentos de gestão territorial, pelo que a presente proposta de revogação fundamenta-se na sua incompatibilidade com as normas legais que regem os instrumentos de gestão territorial, bem como nas dinâmicas ambientais, sociais, económicas e culturais registadas incompatíveis com a manutenção em vigor deste instrumento de gestão territorial.

Nesta conformidade, e considerando que:

O Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo do Conde Ferreira foi aprovado por deliberações da Assembleia Municipal de 28/7/94 e 23/2/95 e foi publicado no Diário da República n.º 185, II Série de 11/08/1995.

Nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) os planos territoriais podem ser objeto de alteração, de correção material, de revisão, de suspensão e de revogação.

Nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 127.º do RJIGT os planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine.

Igualmente, nos termos do n.º 3 do artigo 127.º do RJIGT, a revogação dos programas e dos planos territoriais segue, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos no presente decreto-lei para a sua aprovação e publicação.

Nos termos do postulado pelo n.º 1 do artigo 90.º por remissão do n.º 3 do artigo 127.º ambos do RJIGT, os planos municipais são aprovados pela assembleia municipal, mediante proposta apresentada pela câmara municipal.

Nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 191.º do RJIGT a eficácia dos programas e dos planos territoriais depende da respetiva publicação no Diário da República, e de acordo com o constante na alínea j) do n.º 4 do mesmo artigo, é publicada na 2.ª série do Diário da República «(.. A deliberação municipal ou intermunicipal que determina a revogação do plano».

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 115.º, n.ºs 1 e 3 do artigo 127.º, e n.º 1 do artigo 191.º, todos do RJIGT, deverá a Câmara Municipal deliberar:

1. Aprovar a proposta de revogação do Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo do Conde Ferreira, passando a aplicar-se à área de intervenção do plano as normas constantes do Plano Diretor Municipal, em vigor, na sua área de abrangência;
2. Submeter a presente proposta de revogação do Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo do Conde Ferreira, a aprovação da Assembleia Municipal;
3. Proceder às legais publicações em Diário da República, da revogação do Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo do Conde Ferreira, enviar para depósito na Direção Geral do Território e proceder à sua divulgação.

Em anexo: Informação-Proposta, Regulamento e planta de síntese do Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo do Conde Ferreira.»

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Queria só dizer que, efetivamente, não há tempo, mas há um tempo limite, naturalmente, para a Câmara expor as suas propostas, mas se, efetivamente, se desviar, começam a contar o tempo.

Em seguida, pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Vai poupar-lhe imenso trabalho, seguindo o conselho, neste vaso, da bancada da CDU, e vai apresentar a proposta que trazem aqui, a proposta número 47, do 13º mandato de 2025, que foi apresentada na reunião de Câmara de 25/02/2025, neste caso, teve 4 votos a favor, 4 votos de abstenção, uns dos eleitos da CDU e um do vereador independente, e o assunto da proposta é a “Revogação do Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo Conde de Ferreira”.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com dezanove votos a favor sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS; doze abstenções, sendo dez da CDU, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado Municipal João Figueiredo**

“Nós não quisemos fazer a discussão desta proposta para evitarmos aquele clima que se estava aqui a criar, em que basta eu falar e daí, daquele lado, vem um torpor, como estamos agora a sentir.

Mas a CDU absteve-se, apesar do plano de pormenor atual não se encontrar adaptado à legislação em vigor, a Câmara Municipal da Moita não apresentou em alternativa nenhum outro plano de pormenor, ou uma outra alternativa, que proteja o harmonia do conjunto, os valores da imagem e da paisagem, e a história do local, que se procuraram proteger no plano pormenor que agora se revoga, portanto, é necessário, na opinião da CDU, rapidamente, proceder a essa proteção, discutindo com a população, sob pena de, rapidamente, se perderem para sempre.”

### 3.11 - Revogação do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, e cinco abstenções, sendo quatro da CDU e uma do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 25/02/2025:

«Em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 127.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atualizada, os planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine, seguindo-se, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos para a sua aprovação e publicação.

O Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul, em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante, foi aprovado a 23/2/96 e 24/1/97, por deliberações da Assembleia Municipal, e publicado no Diário da República n.º 76, II série, de 1/04/1997.

Atualmente, o presente plano continua em vigor, embora desatualizado e eminentemente desadequado, atendendo à nova conformação legal dos vários diplomas em sede de ordenamento do território, *in casu*, a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e a publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), corporizado no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio e respetiva regulamentação (Decreto-Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto).

Acresce que, os objetivos iniciais que presidiram à sua elaboração alteraram-se significativamente face às novas dinâmicas de gestão territorial e desenvolvimento urbano definidas pelo Município para esta área do concelho da Moita e à evolução territorial verificada em três décadas de vigência deste instrumento.

Efetivamente, o Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul encontra-se eminentemente obsoleto e desatualizado, tendo sido elaborado a coberto da versão inicial do PDM da Moita concluída em 1982 e aprovada em 1983, sendo que permaneceu ainda vigente aquando da aprovação do atual Plano Diretor Municipal da Moita (PDMM) que entrou em vigor a 27 de maio de 2010, e foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 102, de 26 de maio de 2010, através do Aviso n.º 10488/2010.

Contudo, a despeito da sua vigência formal, o mesmo em sede de conteúdo, encontra-se indubitavelmente desatualizado e obsoleto, não sendo aplicável, e ademais a área sobre a qual incide, encontra-se consolidada e executada quase na sua totalidade, pelo que se mostra totalmente despicienda a manutenção da sua vigência, não acrescentando este instrumento qualquer utilidade em sede de ordenamento e gestão territorial.

Com as alterações introduzidas pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e a publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), corporizado no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio e respetiva regulamentação (Decreto-Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto), que introduziram alterações significativas e estruturantes no contexto legal em matéria de ordenamento do território, tornou-se ainda mais notória a desatualização e incompatibilidade legal do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul com os diplomas supra-identificados, bem como com os princípios estratégicos que os mesmos corporizam.

Por outro lado, verifica-se também, que o articulado do seu regulamento está obsoleto, evidenciando omissões, falta de clareza e desatualização face às novas diretrizes e terminologia decorrentes da entrada em vigor de novos diplomas legais em matéria de ordenamento do território, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e que determinou o início do procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal da Moita que se encontra agora em fase final de aprovação.

No âmbito do procedimento de alteração do PDM da Moita para adaptação ao RJIGT, questionou a CCDR-LVT sobre a vigência dos planos de pormenor no município da Moita, tendo a edilidade informado que efetivamente existiam 3 planos de pormenor vigentes, mas que se encontravam totalmente obsoletos e desatualizados, tendo nessa conformidade a CCDR-LVT recomendado que o devido procedimento seria a revogação dos mesmos, tornando-se ainda mais premente com a adaptação do PDM às normas do RJIGT, o que se tornaria incompatível com a vigência de planos de pormenor desatualizados e cujas normas se encontrem em clara dissonância com os mesmos, bem como desadequados nas novas dinâmicas territoriais.

Desta forma, assume-se como indubitável que este instrumento deixou de ter capacidade para acompanhar as sucessivas alterações e desafios que, cada vez mais, exigem uma abordagem integrada

e flexível das intervenções territoriais, criando assim, um inevitável desfasamento e desajuste entre os conceitos e estratégias que presidiram à sua implementação.

Assim, e atendendo ao facto de que já passaram quase três décadas desde a sua publicação em Diário da República, e ao facto de a área objeto do plano de pormenor já se encontrar consolidada e executada quase na totalidade, considera-se que a estratégia territorial, bem como o modelo de ocupação urbanística e as soluções que preconiza estão desajustadas às novas premissas de ordenamento e gestão territorial, bem como à legislação que regula os instrumentos de gestão territorial, pelo que a presente proposta de revogação fundamenta-se na sua incompatibilidade com as normas legais que regem os instrumentos de gestão territorial, bem como nas dinâmicas ambientais, sociais, económicas e culturais registadas incompatíveis com a manutenção em vigor deste instrumento de gestão territorial.

Nesta conformidade, e considerando que:

O Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul, foi aprovado a 23/2/96 e 24/1/97, por deliberações da Assembleia Municipal, e publicado no Diário da República n.º 76, II série, de 1/04/1997.

Nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) os planos territoriais podem ser objeto de alteração, de correção material, de revisão, de suspensão e de revogação.

Nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 127.º do RJIGT os planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine.

Igualmente, nos termos do n.º 3 do artigo 127.º do RJIGT, a revogação dos programas e dos planos territoriais segue, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos no presente decreto-lei para a sua aprovação e publicação.

Nos termos do postulado pelo n.º 1 do artigo 90.º por remissão do n.º 3 do artigo 127.º ambos do RJIGT, os planos municipais são aprovados pela assembleia municipal, mediante proposta apresentada pela câmara municipal.

Nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 191.º do RJIGT a eficácia dos programas e dos planos territoriais depende da respetiva publicação no Diário da República, e de acordo com o constante na alínea j) do n.º 4 do mesmo artigo, é publicada na 2.a série do Diário da República «(.. .) *A deliberação municipal ou intermunicipal que determina a revogação do plano*».

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 115.º, n.ºs 1 e 3 do artigo 127.º, e n.º 1 do artigo 191.º, todos do RJIGT, deve a Câmara Municipal deliberar:

1. Aprovar a proposta de revogação do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul, passando a aplicar-se à área de intervenção do plano as normas constantes do Plano Diretor Municipal, em vigor, na sua área de abrangência;
2. Submeter a presente proposta de revogação do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul, a aprovação da Assembleia Municipal;
3. Proceder às legais publicações em Diário da República, da revogação do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul, enviar para depósito na Direção Geral do Território e proceder à sua divulgação.

Em anexo: Informação- Proposta Regulamento e planta de síntese do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul»

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Relativamente a este ponto, vai só dizer o seguinte, também, mais uma vez, fazendo economia do tempo. Neste caso, é a proposta número 50 do 13º mandato de 2025, presente na reunião de 25/02/2025, a votação foi idêntica à votação assim anterior, e o assunto, neste caso, é referente à “Revogação do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul”. Face ao exposto, acha que a proposta é clara e todos tiveram a oportunidade de a ler, por isso escusa acrescentar mais.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com dezanove votos a favor sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS; doze abstenções, sendo dez da CDU, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

### **3.12 - Revogação do Plano de Pormenor da Marginal da Moita**

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, e cinco abstenções, sendo quatro da CDU e uma do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 25/02/2025:

«Em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 127.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atualizada, os planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine, seguindo-se, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos para a sua aprovação e publicação.

O Plano de Pormenor da Marginal da Moita, em anexo à presente proposta, foi aprovado a 25/11/94 por deliberação da Assembleia Municipal, e publicado no Diário da República n.º 158, II série, de 11/07/1995.

Atualmente, o presente plano continua em vigor, embora desatualizado e eminentemente desadequado, atendendo à nova conformação legal dos vários diplomas em sede de ordenamento do território, *in casu*, a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e a publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), corporizado no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio e respetiva regulamentação (Decreto-Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto).

Acresce que, os objetivos iniciais que presidiram à sua elaboração alteraram-se significativamente face às novas dinâmicas de gestão territorial e desenvolvimento urbano definidas pelo Município para esta área do concelho da Moita e à evolução territorial verificada em três décadas de vigência deste instrumento.

Efetivamente, o Plano de Pormenor da Marginal da Moita encontra-se eminentemente obsoleto e desatualizado, tendo sido elaborado a coberto da versão inicial do PDM da Moita concluída em 1982 e aprovada em 1983, sendo que permaneceu ainda vigente aquando da aprovação do atual Plano Diretor Municipal da Moita (PDMM) que entrou em vigor a 27 de maio de 2010, e foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 102, de 26 de maio de 2010, através do Aviso n.º 10488/2010.

Contudo, a despeito da sua vigência formal, o mesmo em sede de conteúdo, encontra-se indubitavelmente desatualizado e obsoleto, não sendo aplicável, e constituindo as suas normas um obstáculo à revitalização da Marginal da Moita, área sobre a qual incide, e relativamente à qual obstaculiza o desenvolvimento.

Com as alterações introduzidas pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e a publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT), corporizado no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio e respetiva regulamentação (Decreto-Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto), que introduziram alterações significativas e estruturantes no contexto legal em matéria de ordenamento do território, tornou-se ainda mais notória a desatualização e incompatibilidade legal do Plano de Pormenor da Marginal da Moita com os diplomas supra-identificados, bem como com os princípios estratégicos que os mesmos corporizam.

Por outro lado, verifica-se também, que o articulado do seu regulamento está obsoleto, evidenciando omissões, falta de clareza e desatualização face às novas diretrizes e terminologia decorrentes da entrada em vigor de novos diplomas legais em matéria de ordenamento do território, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos

de Gestão Territorial e que determinou o início do procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal da Moita que se encontra agora em fase final de aprovação.

No âmbito do procedimento de alteração do PDM da Moita para adaptação ao RJGT, questionou a CCDR-LVT sobre a vigência dos planos de pormenor no município da Moita, tendo a edilidade informado que efetivamente existiam 3 planos de pormenor vigentes, mas que se encontravam totalmente obsoletos e desatualizados, tendo nessa conformidade a CCDR-LVT recomendado que o devido procedimento seria a revogação dos mesmos, tornando-se ainda mais premente com a adaptação do PDM às normas do RJGT, o que se tornaria incompatível com a vigência de planos de pormenor desatualizados e cujas normas se encontrem em clara dissonância com os mesmos, bem como desadequados nas novas dinâmicas territoriais.

Desta forma, assume-se como indubitável que este instrumento deixou de ter capacidade para acompanhar as sucessivas alterações e desafios que, cada vez mais, exigem uma abordagem integrada e flexível das intervenções territoriais, criando assim, um inevitável desfasamento e desajuste entre os conceitos e estratégias que presidiram à sua implementação.

Assim, e atendendo ao facto de que já passaram três décadas desde a sua publicação em Diário da República, considera-se que a estratégia territorial, bem como o modelo de ocupação urbanística e as soluções que preconiza estão desajustadas às novas premissas de ordenamento e gestão territorial, bem como à legislação que regula os instrumentos de gestão territorial, pelo que a presente proposta de revogação fundamenta-se na sua incompatibilidade com as normas legais que regem os instrumentos de gestão territorial, bem como nas dinâmicas ambientais, sociais, económicas e culturais registadas incompatíveis com a manutenção em vigor deste instrumento de gestão territorial.

Nesta conformidade, e considerando que:

O Plano de Pormenor da Marginal da Moita, foi aprovado a 25/11/94 por deliberação da Assembleia Municipal, e publicado no Diário da República n.º 158, II série, de 11/07/1995.

Nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT) os planos territoriais podem ser objeto de alteração, de correção material, de revisão, de suspensão e de revogação.

Nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 127.º do RJGT os planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine.

Igualmente, nos termos do n.º 3 do artigo 127, O do RJGT, a revogação dos programas e dos planos territoriais segue, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos no presente decreto-lei para a sua aprovação e publicação,

Nos termos do postulado pelo n.º 1 do artigo 90.º por remissão do n.º 3 do artigo 127.º ambos do RJGT, os planos municipais são aprovados pela assembleia municipal, mediante proposta apresentada pela câmara municipal.

Nos termos do disposto pelo n.º 1 do artigo 191.º do RJGT a eficácia dos programas e dos planos territoriais depende da respetiva publicação no Diário da República, e de acordo com o constante na alínea j) do n.º 4 do mesmo artigo, é publicada na 2.ª série do Diário da República «(.. .) A deliberação municipal ou intermunicipal que determina a revogação do plano».

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 115.º, n.ºs 1 e 3 do artigo 127.º, e n.º 1 do artigo 191.º, todos do RJGT, proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a proposta de revogação do Plano de Pormenor da Marginal da Moita, passando a aplicar-se à área de intervenção do plano as normas constantes do Plano Diretor Municipal, em vigor, na sua área de abrangência;
2. Submeter a presente proposta de revogação do Plano de Pormenor da Marginal da Moita a aprovação da Assembleia Municipal;
3. Proceder às legais publicações em Diário da República, da revogação do Plano de Pormenor da Marginal da Moita, enviar para depósito na Direção Geral do Território e proceder à sua divulgação.

Em anexo: Informação-Proposta, Regulamento e planta de síntese do Plano de Pormenor da Marginal da Moita»

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Então vão falar agora aqui da “Revogação do Plano de Pormenor da Marginal da Moita”, que é a proposta número 51 do 13º mandato de 2025, que foi presente à reunião de Câmara de 25/02/2025, teve a mesma votação na reunião de Câmara que as duas anteriores que agora acabou de falar, mas aqui gostava de vos dar aqui uma especificidade.

Costuma-se dizer que o melhor se guarda para o fim, e quer mostrar só o seguinte, este plano de pormenor apresentava um conjunto de alinhamentos que, atualmente, é impossível de cumprir. Isto que está aqui é impossível de executar, por isso o que os senhores propõem, ou falam em manter, é uma coisa que os senhores, desde a data da sua aprovação, que é muito antiga, como se pode ver aqui pelas datas dos documentos e das plantas que vêm em anexo, nunca fizeram cumprir, nunca trabalharam, e até o que executaram é muito diferente do que aqui está em planta, e todos podem aqui ver a partir de casa qual é que é a planta. O que foi executado é totalmente diferente.

Os defensores dos planos de pormenor, agora revogados, e que fizeram uma extensa, neste caso, referência à necessidade trazida pelo cumprimento do plano pormenor, nem sequer respeitavam o que estava previsto nas UOPG's, porque era necessário fazer um plano de pormenor para construir certos e determinados equipamentos, como foi o da Dekra. Nem isso respeitavam no passado. Por isso, faziam do PDM letra morta. Os senhores, faziam letra morta do PDM, faziam letra morta das UOPG's, e agora vieram defender um conjunto de planos pormenor que, à data atual, nunca o fizeram cumprir, que, atualmente, é impossível aplicar, e que a própria CCDR lhes dá a indicação que a melhor forma para cumprir o desígnio que aprovaram na reunião passada, que é a adaptação do PDM ao RGIT, é a revogação destes planos pormenor. Por isso, quando lhes traz aqui estas propostas, importa serem sérios e falar a verdade.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Quer dizer ao senhor Presidente e à Câmara que, a partir da altura em que o senhor se dirigiu à bancada da CDU, o tempo contou, portanto, os seus 4 minutos já estão, neste momento, em 2m36s.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

O senhor Presidente pode tirar o tempo que desejar, era necessário, no âmbito da apresentação da proposta, neste caso, enquadrar o tema, mas a Mesa é soberana no entendimento que faz sobre a condução dos trabalhos, por isso estará e está tranquilo com a condução dos trabalhos.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Foi só para lhe também dar conhecimento, porque podia não ter reparado.

Em seguida, perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

É só para dizer ao senhor Presidente que não vão fazer qualquer comentário a alguém que faz letra morta do que é verdade.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Uma vez que ainda tem tempo, e perante a intervenção anterior, não pode deixar de responder, e dizer que, neste caso, não se trata de fazer ou não letra morta da verdade. É a informação verdadeira, e que pode ser consultada, os senhores podem pedir para consultar essa informação se o desejarem. Podem, amanhã mesmo mandar por email, e ficará nos serviços, e segunda-feira, se tiverem disponibilidade, os seus técnicos estarão ao dispor para lhe prestar todos os esclarecimento que quiserem relativamente ao processo da Dekra, por isso, habituou-se, desde muito cedo, a falar verdade.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

É só para fazer aqui uma pequena referência, porque o senhor Presidente tem a tentação de considerar seus aqueles que são os funcionários do município. Não são os seus técnicos, são os técnicos do município. Era só para deixar isto profundamente claro.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com dezanove votos a favor sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS; doze abstenções, sendo dez da CDU, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

#### **Declaração de Voto do Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

“Eu votei favoravelmente esta proposta considerando que o executivo continua a fazer, em 4 anos, o que a CDU não fez em 47.”

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado Daniel Serpa**

“A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, pois fazia todo o sentido que a mesma fosse aprovada, isto porque estamos a falar em planos de pormenor totalmente desatualizados face àquilo que é a realidade, e àquilo que foi construído ao longo do tempo nestas zonas específicas que estamos aqui a discutir nestes planos de pormenor e, basicamente, aquilo que faz sentido é que a documentação e os cadastros que existem estejam mais atualizados com aquilo que é a realidade.

O que acha estranho é, de facto, ainda não terem sido revogados, não terem sido corrigidos, e teve que ser uma entidade externa a sugerir à Câmara Municipal a revogação desses planos de pormenor, aquando desta alteração do PDM. E isso é que importa salientar, porque é que não foram feitos mais cedo.”

### **3.13 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da al<sup>a</sup> c) do n<sup>o</sup>2 do art. 25<sup>o</sup> da Lei n<sup>o</sup>75/2013)**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi ao Presidente da Câmara que fizesse a apresentação do Relatório da Atividade Municipal.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

O que lhes apraz dizer sobre este documento, que é um documento extenso e detalhado, que refere aqui um conjunto enorme de iniciativas desenvolvidas no âmbito dos vários serviços. Queria aqui destacar uma reunião que aconteceu com a Secretária de Estado da Mobilidade, Cristina Pinto dias, no âmbito da extensão da rede do metro sul do Tejo, no qual veem a trabalhar, uma vez que, neste caso, o canal que existe, ou que existiu, no estudo de impacto ambiental, por volta de 2008, para a realização deste metro sul do Tejo, aos dias de hoje, já não existe espaço de canal, ou seja, não houve o cuidado de reservar, ou ter o cuidado para reservar esse espaço de canal, ou de não fazer o diálogo.

Ao perceberem que o sítio por onde estava preconizado passar o metro era pelo meio, neste caso, da Vila da Moita, com o trânsito todo que já tem hoje, suprimindo vias de acesso ao concelho, que não têm, neste momento, alternativa, para não ficarem com o facto consumado, rapidamente pediram uma reunião, neste caso, ao Governo, para alertar para essa situação e colocarem outros pontos, como o terminal fluvial que, para o executivo, é muito importante que possa dar andamento em Alhos Vedros, e que, neste caso, vinha de uma resolução do conselho de ministros do governo anterior, e que era muito importante que este Governo, que entrou em funções há menos de um ano, tomasse a dianteira relativamente a esta matéria, para que, em conjunto, possam continuar a desenvolver o concelho.

Também se podem ver obras e trabalhos de manutenção em vários espaços municipais, nomeadamente, na sala de arquivo, lembrar que a Câmara Municipal também fez a aquisição de um equipamento de digitalização do arquivo existente para pôr, neste caso, as plantas de projeto acessíveis

online, para que os serviços as possam consultar e serem de mais fácil acesso, bem como esse equipamento ficará ao dispor do serviço da cultura para, neste caso, poder digitalizar as obras ou documentos que sejam importantes, e que vão de acordo com a estratégia do município para, neste caso, divulgar o património cultural que existe e que está na posse do mesmo.

Depois, chama a atenção para a página 91, as diversas intervenções feitas na rede de abastecimento de água e saneamento, que estão aqui todas listadas, já para não falar na repavimentação de passeios, arranjos de passeios e zonas que, há algum tempo, careciam dessa intervenção, criando em algumas áreas novos caminhos, como é o caso que é demonstrado na página 188, um novo caminho de acesso pedonal. Também está aqui mostrado o arranjo de vias rurais, como é rua do Operário, no Chão Duro, ou a estrada nacional da Nossa Senhora da Atalaíinha, que aparecem aqui as diferentes zonas e áreas que foram intervencionadas, bem como, neste caso, as repavimentações que foram feitas, algumas de menor porte, listadas na página 182. Não se vai referir às de grande porte, como os senhores têm visto e vão continuar a ver um pouco por todo o concelho.

Salientar também a obra, porque nunca é demais frisar, no largo do Casal do Lopes, que foi concluída com especial atenção para as pessoas de mobilidade condicionada poderem circular por aquele espaço, que teve em atenção não só o pavimento, mas também a rede de drenagem, porque quando executam, executam a obra por inteiro, não é como se costuma dizer “só para inglês ver”. Lembrar que aqui, no mandato anterior, fizeram recarga de camada de desgaste sem fazer a devida frisagem, o que depois fez aumentar a altura da cota da estrada, retirando o espelho ao lancil, fazendo com que agora a água, em algumas zonas, drene para cima do passeio ou da placa central.

Falar aqui também da requalificação paisagística da urbanização do Palheiro, que está muito mais avançada do que aquilo que podem ver aqui nestas fotos, e também foi uma proposta e algo que disseram que iriam fazer e dar prossecução. Têm aqui ainda as obras da avenida, que agora já estão concluídas, e muito bem executadas. Dizer que, que se arrogam de defender os trabalhadores, que agora é mais fácil para os trabalhadores limpar estas sarjetas do que limpar todos aqueles quilómetros de caleiras, que já não encaminhavam a água para lado algum, porque já estavam todas partidas e todas deterioradas, que não eram mantidas e que estava visível o estado delas aos olhos de todos, e quem tiver falta de memória, pode ir ao Google Maps e ver como é que aquilo estava e comparar com o que estado em que está atualmente, que é sobejamente diferente.

Depois, também apresenta o final da intervenção no largo do Varino, têm as infraestruturas de apoio ao coffee shop no parque da Moita, na altura, ainda em fase de construção, mas que já está acabado. Bem sabe que houve quem fosse contra esta obra, mas depois tivesse acabado a votar a favor. Têm aqui as obras que alguns perguntam se estão a acontecer ou não estão a acontecer, se calhar, não é essa a sua natureza, acompanhar os trabalhos, não têm tempo porque terão outras coisas para fazer, neste caso, a execução do skatepark no parque José Afonso, que foi este executivo que elaborou o projeto, que lançou a obra, a obra está a ser executada e esperam todos poder inaugura-la em breve.

Depois, as futuras instalações da divisão de desenvolvimento educativo, que aparecem também aqui as obras a serem feitas, e que estão, neste momento, num estado muito mais avançado, em breve estarão, certamente, também concluídas, e há um conjunto de outras tantas obras que aqui não aparecem, mas lembrar só aqui que estes trabalhos que estão aqui a ser feitos nestas futuras instalações, tanto nestas como no multisserviços do Vale da Amoreira, é para que os trabalhadores da Câmara Municipal, a exemplo de outras obras que têm feito sido feitas na Câmara, possam ter melhores condições de trabalho e melhor servir a nossa população.

Depois há aqui outros dados, de outras intervenções, de outras marcações, dos espetáculos que têm e que continuam a ficar lotados, os espetáculos que fazem no Fórum continuam a ter uma enorme e grande afluência. Para o próximo espetáculo do Salvador Martinha já não haverá bilhetes, e outros que estão a ficar esgotados.

Hoje, a Moita, as pessoas da Moita, do concelho da Moita, têm um equipamento cultural de excelência na Baixa da Banheira, e podem ir lá usufruir daquilo que há de melhor no âmbito dos espetáculos, para todos os gostos. Não precisam de ir para Lisboa, não precisam de ir para Setúbal, têm ali logo ali os espetáculos que podem ter e usufruir.

Nesta matéria, lembrar, porque é muito importante lembrar, que continuam a contratar mais trabalhadores, neste momento, a cifra vai nos 351 trabalhadores contratados, e isto entre 2021 e 2024, está a dar o último número, os números atuais. No anterior mandato, completo, foram 127 trabalhadores, mas também são muitos mais os trabalhadores, como poderão constatar, com o estatuto de trabalhador estudante, porque o protocolo que fizeram com a Universidade Aberta, e com outras entidades para darem acesso ao 12º ano, está a dar frutos e isso também é uma forma de apoiar os trabalhadores. Estão a fazer este trabalho nas mais diversas áreas da Câmara, porque os trabalhadores qualificados, e com espaços dignos para poderem desenvolver o seu trabalho, poderão

mais facilmente trabalhar em favor, e servir melhor, os objetivos da população, ou seja, os objetivos da autarquia, que é servir melhor a população.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado relatório à discussão intervieram:

#### **Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS**

Vai tentar ser muito breve para falar num assunto que veio a esta Assembleia na passada sexta-feira, e no qual tinha falado numa data anterior, que tem a ver com a falta de segurança para as pessoas que, a partir de determinada hora, têm que embarcar ou desembarcar na estação ferroviária.

Por via da sua atividade associativa ali próxima, durante alguns anos, isso permitiu-lhe perceber em que condições de absoluta insegurança, a partir de determinada hora, as pessoas que têm que embarcar para ir trabalhar ou desembarcar na estação vindas do trabalho. As pessoas não andam àquela hora porque querem, muitas das vezes, porque se deslocava naquele período a seguir ao jantar, praticamente, todas as noites, porque ia ao complexo desportivo, por volta das 22:00, quando vinha para casa, via uma pessoa dirigir-se para a estação, e essa pessoa, às vezes, era uma mulher, e chegou a passar algumas vezes com o carro para ver de perto, e quem conhece, o quanto aquilo mete medo para tem que andar ali, e as pessoas não vão ali porque lhes apetece, não vão para o baile nem veem do baile, são obrigados. A estação está onde está, as pessoas têm que trabalhar e têm que usar o comboio, e não há condição nenhuma de segurança.

Amanhã é 8 de Março, costumam falar aqui palavras bonitas acerca das Mulheres e do 8 de Março, mas devem preocupar-se com as mulheres cujas vidas são o presente, porque falam muitas vezes de vidas passadas, o passado está NOS museus, mas falam, recordam aquilo que as Mulheres fizeram, a luta por direitos, etc., mas têm que pensar nas mulheres que vivem hoje vidas presentes e que estão sujeitas àquilo. São conhecidos casos de agressões e assaltos, e conhece uma senhora que foi abordada por um predador, um criminoso, que a pegou por um braço e tentou empurrá-la para o carro. A sorte da senhora foi uns jovens do Vale da Amoreira, que jogavam nos juniores do Moitense, que costumavam apanhar o comboio para Alhos Vedros, e depois iam a pé para o Vale da Amoreira, porque senão, possivelmente, tinha tifo ali uma violação.

O que sugere é que seja feito algo, e pensa que pode ser feita alguma coisa. Acredita que um dia a Câmara Municipal vai encontrar um outro lugar para instalar os serviços que agora funcionam ali. Acredita que sim, e que aquela zona tem futuro, porque é servida por transportes rodoviário e ferroviário, e também porque na zona existem superfícies comerciais. É uma zona apetecível e que, quanto a si, tem futuro, mas, enquanto isso não acontece, e acredita que vai demorar ainda algum tempo, alguns anos, pensa que a única coisa que se pode fazer, e não são câmaras de vigilância que impedem o crime, mas a proximidade da polícia. Ou seja, os comboios param na Moita aos minutos 7 e 37 de cada hora, e pensa que a Câmara Municipal poderá, junto da GNR, do senhor Comandante da GNR, encontrar forma de o carro patrulha, sempre que possível, passar por ali, numa ação dissuasora e até, caso seja necessário, de intervenção, para que quem tente fazer mal às pessoas que têm que usar aquele espaço àquelas horas desista dessa ideia, e para que as pessoas se sintam melhor, antes que aconteça algo de grave e depois tenham a CMTV a dizer que na Moita aconteceu. Está lançado o pedido.

Só para terminar, dizer, tal como disse anteriormente, que não anda de comboio a horas tardias e não tem ninguém próximo de mim a andar de comboio, e muito menos a horas tardias, portanto, não é de interesse pessoal. Pessoalmente, tem um interesse disso, mas apenas por uma questão humana.

#### **Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas**

Agora, se lhe for permitido, vai clarificar, porque era uma coisa muito rápida, duas questões relacionadas com o que foi referido pelo senhor João Henriques e pelo senhor Deputado João Figueiredo. O senhor João Henriques referiu, e bem, que houve um problema grave com o telhado da escola da Fonte da Prata, no refeitório, mas a intervenção, face à sua dimensão e à necessidade de intervenção para as patologias identificadas pelos técnicos, foi a Câmara Municipal da Moita que fez, não foi a Junta de Freguesia de Alhos Vedros. Podiam ficar com os louros, mas não é o caso, vão clarificar.

Em relação ao senhor João Figueiredo, pareceu-lhe, e pede desculpa, mas pareceu-lhe ter referido que a CDU tinha metido climatização no JI da Quinta da Fonte da Prata, mas não foi. Foi em 2023, nas 4

salas de aula, a Junta de Freguesia de Alhos Vedros, no dia 3/08/2023, e esteve a consultar aqui a fatura, portanto, o mérito, tanto do lado do senhor João Henriques como do senhor João Figueiredo, de um lado e do outro. Colocaram 14 equipamentos de ar-condicionado, 6 na básica em todas as salas em 2022, 11, 4 salas em 2023, e 4 no ano 2024 na biblioteca, na sala de ensino especial e em outras 2 salas identificadas pela coordenadora do estabelecimento, portanto, era só para clarificar.

Agora, vai abordar aqui as duas questões que queria colocar a Câmara Municipal neste ponto da ordem de trabalhos. Queria, se fosse possível, que o senhor Presidente da Câmara falasse um bocadinho sobre a legalização do registo da propriedade dos imóveis do município, porque esta questão da legalização da propriedade dos imóveis é transversal também às juntas de freguesia, e senti e teve muito trabalho para legalizar vários imóveis da Junta de Freguesia de Alhos Vedros ao longo destes anos. Mas o que interessa aqui são, efetivamente, os da Câmara Municipal porque estão numa Assembleia Municipal.

Queria só referir o seguinte, no regime jurídico das autarquias locais, na lei que é a lei mais importante da gestão das autarquias, a Lei 75/2013, de 12 de setembro, diz o seguinte no artigo 35, número 1, competências do Presidente da Câmara Municipal, na linha d, “elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do município.” Esta lei é de 2013, estão em 2025 e, pela notícia que saiu, existem dezenas de imóveis por legalizar a propriedade. Estes ativos, que pertencem a uma determinada entidade, têm que ser legalizados. Não é uma questão de IMI, porque as autarquias não pagam IMI, como a Junta de Freguesia legalizou dois e não pagam IMI, vão ao portal das Finanças, entram com o número de contribuinte e, neste momento, têm lá três, quando entraram no mandato, em 2021, tinham zero, e um deles não tinham um papel para o legalizar, que é o edifício sede da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, ao pé do centro de saúde. Houve um trabalho da parte da Junta de Freguesia no sentido de cumprir a lei, porque cumprir a lei é cumprir com as suas competências, porque esta competência neste artigo 35 existe um artigo, exatamente, igual para os presidentes de junta, que tem que cadastrar os imóveis também, é igual.

O outro ponto que queria falar era solicitar, e ontem mandou um email à Câmara Municipal da Moita a pedir ajuda, porque vai haver uma nova descarga da Simarsul, que está prevista para o dia 13 de março, e esta situação, para si, é um pouco diferente das outras que já foram faladas aqui na Assembleia Municipal, porque para si isto tem alguma gravidade, isto é inaceitável, que é serem notificados que vai haver uma intervenção de manutenção preventiva no posto de transformação que faz o fornecimento de energia elétrica à instalação, à ETAR da Vinha das Pedras. Ora, o que acontece é que para esta intervenção vão requerer aqui duas horas, e durante estas duas horas, pelo que refere no documento, os equipamentos vão estar sem funcionar e vai haver descargas de águas residuais não tratadas durante um período estimado de duas horas, numa quantidade previsível de caudal de rejeição de 700 m<sup>3</sup>.

Mandou logo um email para a Simarsul a dizer que isto era impossível de acontecer, e que não achava aceitável uma coisa destas. Tem que haver um gerador, tem que haver um meio de impedir que isto aconteça. Já lhe responderam a dizer que sim, que vão tentar mitigar esta situação, mas têm que estar atentos porque é perfeitamente possível mitigar e minimizar uma situação destas. Se estão a intervir no PT, tem que haver um gerador de recurso, e a Câmara Municipal tem vários, que possibilitam impedir mais este atentado ambiental.

### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Queria começar por se congratular com a destruição das ervas que está a ser feita em parte da Baixa da Banheira, e pensa que se estenderá a toda a Baixa da Banheira, assim espera, nomeadamente, na zona onde habita, mas queria dizer que nas traseiras entre a rua Alexandre Herculano e a rua Poeta Bocage, há lá ervas que os carros quando passam fazem disparar os sensores todos de estacionamento, porque não foram, ou ainda não foram cortadas.

A segunda questão tem a ver com asfaltamento da rua União Banheirense, uma rua que costuma dizer que é um buraco com nome da rua, está a acabar o mandato desta autarquia e continua por asfaltar.

Queria chamar a atenção para a rotunda ao cimo da avenida 1º de Maio que, neste momento, tem buracos que quase cabem carros lá dentro, se forem carros pequenos cabem lá dentro dos buracos, o que é extremamente perigoso, até porque quando as pessoas vêm a dar a volta para virem para a Baixa da Banheira, batem ali dentro e quando está água então ainda é pior, portanto, era bom que se desse uma vista de olhos naquilo. Já em tempos aquilo foi visto, a Câmara foi lá, pois um alcatrão, mas continua com buracos enormes.

Sobre a praca 1º de Dezembro, gostava de dizer que hoje, ao sair da fisioterapia, não consegui chegar à estrada nacional porque a água dava pelas canelas. Caiu uma série de água, a única sarjeta que viu lá não dava escoamento para aquilo tudo, e a quantidade de folhas que havia naquela sarjeta impedia o seu escoamento.

Mais uma última questão, porque há dias mandou um vídeo ao senhor Presidente sobre o lançamento de águas residuais, esgoto, para o rio Tejo, junto às piscinas, portanto, aquilo estava a fingir que estava fechado e a água estava a correr para lá. Aquilo é useiro e vezeiro acontecer, eles não fecham aquilo tudo e vai saindo água para não dar nas vistas, e gostava de saber, sabendo que receberam um ofício em que tinha sido feito um desafio à Simarsul para resolver esse problema, e que eles responderam que queriam criar uma comissão com a Câmara Municipal para encontrar soluções para estas fugas que existem pelo concelho, se já alguma comissão criada, ou o que é a Câmara Municipal está a pensar fazer.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi ao Presidente da Câmara para prestar os primeiros esclarecimentos solicitados.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Municipal João Soeiro, dizer que sim, a segurança é uma preocupação para a Câmara Municipal, não só naquele local, mas no concelho todo, e por isso dar duas notas muito específicas relativamente a essa matéria. Como verificaram rapidamente que os parques, sejam eles o da Moita, quer o parque das Salinas em Alhos Vedros, apesar de estarem fechados, na realidade continuavam abertos, as pessoas continuavam a entrar para dentro daquele espaço, e depois apenas o facto de algumas portas estarem fechadas, as pessoas que iriam lá por bem, seriam essas que ficavam do lado de fora, todos aqueles que iriam com outro tipo de intentos e, efetivamente, queriam entrar, acabavam sempre por entrar, usando de total liberdade daquele espaço sem que ninguém os incomodasse, para todo o tipo de iniciativas.

Então, a Câmara Municipal optou, e continua a optar, por deixar as portas dos parques abertas, permitindo a circulação de todas as pessoas no global, fazendo com que deixe de ser um espaço de exclusividade para alguns, nomeadamente, aqueles que possam ter menos boas intenções, e porque querem ter os parques, efetivamente, seguros, e porque são recintos fechados, porque têm portões, vão avançar já com o procedimento da videovigilância nestes dois parques, especificamente, que espera que seja executado em breve, mas o procedimento tem que seguir o seu percurso normal.

No que diz respeito à Socorquex, é um desejo, efetivamente, deste executivo poder criar um espaço que possa receber todos os trabalhadores, com a mesma qualidade dos equipamentos que agora a Câmara Municipal está a criar para outras divisões. Também querem criar, futuramente, para a parte mais operacional da Câmara, um equipamento e um espaço que a todos possa receber, todos, sem exceção, com qualidade, e aquele espaço onde agora existe a Socorquex, preservando aquilo que é a sua história. Lembrar que a CDU, quando adquiriu aquele equipamento, foi para fazer um museu, e ver o estado em que aquilo está, atualmente, que é degradante, e querem ter esse cuidado e, certamente, nessa altura, esse espaço que agora aqui refere, será um espaço com maior circulação e dará uma perceção de segurança.

Mas, falam constantemente com as forças de segurança, nomeadamente, nesta área administrativa é a GNR que atua, para haver efetivamente segurança no concelho da Moita, e para que as pessoas se possam sentir e estar em segurança, porque, como como se costuma usar agora, a perceção também é muito importante, então é por isso mesmo. E, porque a perceção é muito importante, e porque querem dotar os militares ou, neste caso, os agentes de segurança com mais meios, a Câmara Municipal adquiriu há pouco tempo, e prefere desenvolver trabalho do que fazer anúncios, mas pode dizer que, ao dia de hoje, a Câmara já caiu duas viaturas para serem modificadas e parametrizadas, para dar uma viatura à PSP, em regime de comodato, para uso exclusivo na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, e circular pelo concelho da Moita se tiver que circular, e o mesmo para a GNR, cedendo também uma viatura para utilizar no concelho da Moita.

É desta forma que, por diversos meios, quer requalificando os espaços onde as oficiais e os militares se encontram, e os agentes de segurança se encontram, quer dotando-os de mais meios, que é o contributo que a Câmara Municipal dá para a segurança, ou seja, através destes equipamentos dois espaços passam a ter videovigilância, como elemento dissuasor, não é uma panaceia para resolver todos os males, mas que servirá como elemento dissuasor, mas também estas duas viaturas.

Em relação ao senhor Presidente de Junta, Artur Varandas, que disse, e disse muito bem, que o artigo 35 diz que é competência do Presidente da Câmara Municipal manter o registo, mas todos sabem que este caso não é único, mais uma vez aqui claudicou quem tinha a responsabilidade, não cumpriu, e tem sido um apanágio, neste caso, da CDU, enquanto esteve à frente dos destinos da Câmara Municipal não cumprir com muitos daquelas que eram as suas obrigações. Por isso, esta foi só mais uma obrigação que ficou por cumprir, e muitos transtornos lhes dá porque precisam de ter os equipamentos, e reafirmo, registados, não porque os queiram vender, mas para fazer um simples comodato a uma

associação temos que ter o termo de posse, tem que estar registrado em nome do Município. Até se quiserem candidatar aquele equipamento para ser recuperado ao abrigo de um fundo do que possa aparecer, de um financiamento comunitário que possa aparecer, também os edifícios têm que estar registados.

E, embora as obras do FAVO, o que está executado, não corresponda, exatamente, à candidatura, como com uma leitura fácil, e podem ir ver e verificar que nem o mapa de cores era aquele, era outro, e depois podem ir lá ver dentro daquilo que foi, exatamente, executado conforme o que estava na candidatura, e convida todos a irem ler esse documento. Nessa altura, para essa candidatura, dizer que foi por isso que esse equipamento foi registado, para o poder candidatar. Depois, entre receberem o dinheiro e as obras que, efetivamente, deviam ter executado ao abrigo dessa candidatura, isso é outra coisa.

Depois, muito o preocupa, respondendo aqui também ao 1º Secretário António Chora, que as preocupações que lhe solicitou foram todas encaminhadas para os serviços correspondentes, mas mereceram todas a sua muito boa atenção, dizer apenas e só que a Simarsul é uma empresa privada e tem que cumprir aquelas que são as suas obrigações. A Câmara até podia ter 20 geradores, mas a Câmara não tem que se substituir a esta entidade. A Câmara não tem que, neste caso, criar pseudo comissões para criar um breu, uma nuvem, uma cortina de nevoeiro, para que eles possam continuar a incumprir. Eles têm técnicos especializados, se não têm, contratem-nos. A resposta que deram à Ministra foi querem atirar-lhes areia para os olhos, e não aceitam isso. Aguardam, e continuarão a aguardar a resposta da Agência Portuguesa do Ambiente, porque o que está e o que acontece não pode continuar a acontecer, porque pagam por um serviço, todos os municípios da Moita pagam por um serviço, e o nosso meio ambiente merece ser preservado.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Passou a palavra aos restantes membros da Assembleia Municipal que manifestaram intenção de intervir.

#### **Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS**

Quer começar por dar os parabéns ao executivo do município da Moita pelo crescente de obras que têm estado a ser realizadas e que há muita população esperava.

Depois, há aqui uma outra questão que acha estranho, que é o porquê da CDU defender que a gestão das piscinas da Baixa da Banheira dever ser pública, portanto, da responsabilidade da Câmara, e não privada. Certamente, não estão habituados a que, já há uns anos a esta parte, e no futuro, a maior parte da gestão de algumas infraestruturas vai ser privada. Não condena isso, acha que essa gestão até é mais eficiente do que, provavelmente, a pública, ou seja da autarquia.

Por outro lado, também achou estranho alguém dizer que esta obra, este alargamento da piscina devia ser feito pelos funcionários da autarquia.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

“Senhor Deputado, eu peço desculpa, mas esse ponto já passou, agora estão no relatório de atividades da Câmara, isso está fora e está a gastar tempo ao Partido Socialista. Eu peço desculpa, mas são as regras de jogo. Não deseja falar mais nada de outro assunto?”

#### **Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS**

“Não, não. Obrigado.”

#### **Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE**

A questão que quer levantar aqui hoje é referente ao equipamento que é designado por multisserviços. Há uns tempos atrás, alertou para o facto de, nesse equipamento, existir uma cozinha industrial que era pertença da associação Cabo-Verdiana, que entretanto já se deslocou para outro local, e gostaria de saber qual foi a solução encontrada pelo executivo em relação a essa cozinha, que era uma cozinha industrial, em inox, portanto, gostaria de saber o que é que foi decidido em relação a isso.

Por outro lado, custa-lhe estar a utilizar tempo, mas gostaria que o senhor Presidente, caso fosse possível, a esclarecesse sobre o que é que aconteceram aos mupis, visto que há pouco não teve qualquer resposta nesse sentido.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Vai tentar ser breve, e vai começar por dar razão ao senhor Presidente Artur Varandas porque confundiu a escola e o senhor Presidente tem toda a razão.

O senhor Presidente da Câmara gosta muito de fazer alusões a fantasmas, e alusões de que não fizeram nada, mas depois passa meia hora a falar de coisas que a CDU fez, portanto é, realmente, muito interessante, e tem um relatório, realmente, muito detalhado. Tem 14 linhas com referências a substituições de autoclismos e tem 23 linhas com referência a substituição de torneiras, portanto é, realmente, detalhado. E diz que, se quiserem consultar informação, peçam, mas os vereadores da CDU, já há várias semanas, solicitaram, fizeram um requerimento, para ter acesso aos processos do Aldi, do Dekra e do famoso buraco da Moita, e até agora não tiveram qualquer resposta da parte da Câmara.

Em relação ao centro de saúde da Baixa da Banheira, teve um ano nas suas mãos sem acontecer, absolutamente, nada. Vai repetir aquilo que disse da outra vez, teve que vir cá o ministro da Saúde “pisar-lhe os calos” para aquilo andar para a frente. E, depois de ser aprovado aqui, nesta Assembleia Municipal, que o centro de saúde se chamaria Doutor Raul Coelho, ainda hoje, não está lá nada referente a isso, nem no site da unidade de saúde local de saúde.

Indo, mais uma vez, ao relatório, para não perderem muito tempo, há aqui várias coisas que o preocupam neste relatório. Basicamente, parece um “rol de faturas” porque, por exemplo, no Balcão do Município, na página 44, tem lá valores de cobrança, não tem qualquer número que caracterize a qualidade do serviço. Não fala em pessoas atendidas, não fala em tempo de espera, fala apenas em valores cobrados, e isto, realmente, preocupa-o.

Por exemplo, também no caso da Socorquex que foi aqui referido, o PS prometeu obras na Socorquex, e pintou a cantina, não tirou uma única telha de amianto, não tirou uma única placa de amianto, não substituiu nada, e agora está num processo de transferência de trabalhadores para a Socorquex onde, manifestamente, eles não têm condições para estar todos até a trabalhar ao mesmo tempo.

Depois, fez também uma referência ao skatepark, mas o skatepark é mais um exemplo da incapacidade deste município de gerir, convenientemente, um processo de obra. Já que gosta muito de falar nisso, o tempo de obra já é o dobro do previsto em contrato.

### **Deputado Municipal Independente Bruno Mendes**

Vai só aqui abordar alguns temas que o têm preocupado ultimamente. Na nacional 11, em frente aos CTT, junto ali ao Roque Gym, queria uma resposta no que diz respeito à substituição do asfalto, que está num estado lastimável, e quando falam na nacional 11, julga que todos têm de concordar que toda a sua extensão se encontra, igualmente, nesse mesmo estado lastimável.

Outra situação, hoje, devido às condições climatéricas que se verificavam, na avenida da Liberdade, na Baixa da Banheira, junto ao número 123, encontravam-se alguns contentores derrubados em plena via, e daí surge a sua dúvida, relembrando uma questão que foi efetuada por um cidadão na última sessão, no dia 28/02. Não fará sentido a colocação de suportes de fixação para estes contentores, de forma a evitar dissabores futuros?

Deixar ainda a informação que o Minipreço presente no centro comercial da Zona F, no Vale da Amoreira, irá encerrar. Desconhece se permanentemente ou temporariamente, mas o que fica patente é que a população do Vale da Amoreira, mais especificamente, a mais frágil, fica, mais uma vez, abandonada. Sabendo que estas medidas devem ser de investidores privados, desafia o executivo a atrair estes investidores privados, nomeadamente, no que diz respeito a superfícies comerciais, a investir no Vale da Amoreira e na sua população, que é uma das mais relevantes no que diz respeito à sua quantidade.

Pegando nas palavras do Deputado João Soeiro, referindo-se à segurança ou, neste caso, à falta dela, na rua Bordalo Pinheiro, mais uma vez no Vale da Amoreira, que é sobejamente conhecido como muito abandonado, junto ao número 38 a iluminação é completamente inexistente. Completamente existente, e acha que isto está a contribuir de uma forma negativa para a mesma segurança.

### **Secretário da Junta de Freguesia da Moita, Pedro Oliveira**

Ainda há bocado, o senhor Presidente da Câmara falou, e falou bem, da remodelação que houve ali em frente ao Varino e na lateral da escola do Palheirão, o corredor que segue em paralelo com a escola na outra lateral. Isto, porque, por acaso, os seus pais também têm uma habitação, e os vizinhos, normalmente, pedem sempre ali, porque existe a zona lateral de lá, e a Câmara tem lá ido sempre cortar as ervas e feito aquela manutenção, só que aquilo à noite não existe iluminação. Ao não existir iluminação, montes de gente vai com os seus animais, obviamente, que os animais não têm culpa, vão para ali fazer local de passagem.

Obviamente, o senhor Presidente da Assembleia também sabem porque mora por perto de onde está a falar, e pergunta ao senhor Presidente da Câmara, e a obra do Varino está espetacular, sim senhor, muito bem feita, e a lateral ficou muito bonita, se existe algum projeto, ou alguma coisa que se possa fazer, até porque as ervas, constantemente, estão a crescer, a Câmara está, novamente, a ter que ir lá fazer o corte das ervas, ou seja, mais gastos para o município. Até sabe que o senhor Presidente esteve lá o ano passado, na altura das obras, e andou por ali a ver aquela lateral com os seus vizinhos, porque os seus pais disseram-lhe que andou por lá, provavelmente, se calhar, já a analisar esse ponto.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Tinha 3 questões para a Câmara que são as seguintes. Na rua José Manuel Pinheiranga Rego, na Moita, naquele troço de estrada que vai para a rotunda da desnivelada, há ali uma linha de água que, antes das chuvas, era bem visível, e agora, com as chuvas, se calhar, já limpou um bocadinho, uma saída de esgoto, uma descarga de esgoto doméstico numa linha de água. Não sabe se a Câmara tem conhecimento, porque passa ali montes de gente e, com certeza, já foi participado, segundo o que lhe disseram.

Outra questão, também tem a ver com a pavimentação da rua Eça de Queiroz, no Gaio, para quando é que está prevista, até porque a ciclovia que acompanha esta estrada também precisa de reforço da sinalização, reforço do balizamento e o troço, principalmente, junto à escola básica do Gaio, está mesmo muito, muito mau em termos de pavimento.

Uma outra questão, também tem a ver com a quantidade de árvores que existe por plantar no concelho. Não sabe se há aqui alguma questão em particular para não se plantar árvores, mas assiste-se a várias dezenas de caldeiras de árvores em que as árvores, ou porque envelheceram, ou porque caíram, ou seja, existem árvores por plantar. Fala, por exemplo, no bairro onde mora, na urbanização de São Sebastião onde, de facto, existe ali, e até mesmo na avenida Luís de Camões, contou há um tempo e era para aí umas 10 ou 11 caldeiras, pequenas caldeiras de árvores, que estavam sem árvores. Estava a caldeira e não estava a árvore. Não sabe se há um plano de plantações, ou de replantações, mas de facto, é conversa quase redonda, mas todos, com certeza, estão de acordo que é fundamental haver árvores no espaço urbano para melhorar também a qualidade de vida.

Por último, queria colocar também aqui uma questão, que não é propriamente uma questão, também é um comentário. As questões de segurança que foram aqui colocadas, nomeadamente, sobre a estação da Moita, subscreve-as na íntegra, de facto, são uma situação preocupante, mas também dizer aqui que o reforço dos meios de vigilância, dos meios policiais no concelho, é algo que está há muito desejado, e há muito reivindicado, no concelho. A Câmara disponibilizou terrenos, quer na Moita, para o novo quartel da GNR, quer na Baixa da Banheira, para o quartel da PSP, e que a Câmara, entretanto, parece que vendeu, ou vai vender, aquele terreno que tinha sido cedido para a PSP e, de facto, a melhoria das condições de operacionalidade das forças de segurança passa também por instalações condignas. Podem ceder viaturas, podem reivindicar mais meios humanos, mas as instalações são fundamentais, até por uma melhor eficácia, um policiamento também de proximidade.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Vai tentar ser rápido, e estava a consultar a informação para dar informação fidedigna, porque senão faria como outros que disseram aqui um conjunto de coisas com base em alguma informação falsa. Começando pelo fim, a Câmara Municipal possui muitos terrenos na Baixa da Banheira, e acredita que a CDU possa não saber, até porque não os registava, e não existe qualquer referência que, alguma vez, a CDU tenha dado qualquer terreno, cedido qualquer terreno, à PSP, pelo menos não está nos documentos municipais. Aquele terreno que a Câmara se dispôs a vender tem ao lado um terreno de mais área, que pode ceder à PSP, do outro lado da estrada, em frente à escola, tem um largo terreno que pode ceder para fazer uma esquadra para a PSP, e até pode ser uma esquadra daquelas enormes, com habitação para polícias, o terreno é tão grande que dá para se fazer aquilo que se quiser. Como também tem do outro lado, junto ao Vale da Amoreira, um terreno enorme.

Por isso, dizer que não há terreno para a PSP, primeiro que tudo tem que haver vontade da PSP, ou financiamento, porque a Câmara Municipal não vai, pura e simplesmente, dar o terreno para fazer a figura que deu o terreno se não houver manifesta vontade do ministério da Administração Interna em executar o equipamento.

Quando se fala de equipamentos, dizem que continuam a trabalhar para construir o mais rapidamente possível o quartel da GNR. A situação governamental veio inquinar um bocadinho o processo, mas já tinham agendado uma reunião com a senhora Secretária de Estado relativamente a esta matéria, e acabaram ainda esta semana de enviar um email diretamente para a Ministra, depois de falar com a senhora Secretária de Estado. E com isto acha que responderam a estas questões.

Relativamente à rua Pinheiranga Rego, vão ver aquilo que refere, se está têm que, neste caso, corrigir a situação dos esgotos, a exemplo do muito que têm vindo a fazer. Tudo o que lhes deixaram no bairro Vila Rosa, e outros, para corrigir é de grande monta, mas têm vindo a fazer e vão continuar a fazer.

Em relação ao senhor Secretário da Junta de Freguesia da Moita, Pedro Oliveira, dizer que sim, estão a trabalhar em todas as questões ligadas à iluminação pública, e lembrar que foi já este executivo que fez toda a iluminação junto à vacaria, na entrada para o Vale da Amoreira, porque aquilo é concelho da Moita, não é do Barreiro. Foi este executivo que fez, e fizeram em muitos outros locais, neste caso, na Baixa da Banheira, na Moita, em Alhos Vedros, e ainda há pouco tempo houve uma senhora que se veio queixar porque o bairro dela precisava de candeeiros numa determinada zona, e já colocaram, há bem pouco tempo, mais 4 candeeiros naquele bairro. Por isso, vão colocando, contratualizando com a E-redes que, neste caso, neste preciso momento, está a demorar muito tempo a dar resposta, por exemplo, para dar uma ideia, os do Vale da Amoreira demoraram um ano a serem colocados depois de terem aprovado o orçamento.

Depois, respondendo à senhora Deputada Carmen Mafra, vão ver o que é que se passa com os mupis, não foram só os da CDU, ou os do Bloco de Esquerda que saíram, também saíram os do PS, saíram todos, por isso vão ver onde é que estão todos para resolver esta situação que aqui referiu.

Em relação ao que aqui foi trazido pelo senhor Deputado João Figueiredo, dizer que faltou à verdade, dá-se muito bem com o senhor ex-ministro da Saúde, José Manuel Pizarro, e foi graças ao seu entendimento e confiança no trabalho dos autarcas da Moita, que ele conseguiu falar com outras entidades, para que uma candidatura que a CDU tinha deixado morrer, estava morta, era impossível concluir, já estava dada como morta, voltar a executar uma figura legal que, poucas vezes, é utilizada, ou seja, que deu vida, novamente, àquela candidatura, para poderem aceder. E, quando os senhores pensavam que a Câmara não ia executar o centro de saúde, na realidade, no dia 2 de janeiro, estavam a avançar com a cabimentação e o lançamento do concurso do mesmo.

Por isso, é esse o trabalho que fazem, e por ser verdade aquilo que aqui disse, até foi alvo de um dos factos do ano no concelho da Moita, no jornal Setubalense, no dia 31/01/2025, onde foi feita essa referência como um dos factos do ano. Bem sabe que a bancada da CDU se riu, espera que se ria também quando lê algumas coisas que lá escreve, fruto da sua própria mão, porque quando lá escrevem um conjunto de inverdades também deve dar muita vontade de rir.

Depois, em relação às obras do skatepark, convidava a nem sequer tocarem nesse tema, porque bem sabem que o anterior executivo o que fez foi pôr resíduos de construção e demolição, ou seja, um crime ambiental ali no parque Zeca Afonso. Se quiser falar sobre isso, porque os resíduos de construção e demolição das casas particulares, que as pessoas pagavam a taxa pelos sacos do metro cúbico para poder levar, eram depositados, e foram depositados, naqueles poços para fazer o aterro, algo que é ilegal, mais uma vez, ilegal, mas a isto já vão ficando habituados, cada vez que mexem deparam-se com situações como esta, e eram depositados naquele espaço. Foi isso que utilizaram para fazer o aterro, e isto está em ata dito pelo vereador do pelouro. Os resíduos de demolição e construção, como a lei prevê, têm que ir para vazador licenciado. Não é aquele local com certeza.

E, não pintou só a cantina, certamente, não visitou as instalações. Aconselho a visitar a cantina, onde fizeram um espaço adjacente, e tiraram as telhas de amianto desse espaço adjacente para guardar os produtos culinários naquele mesmo espaço. Fizeram um investimento de 60000 euros, e acredita que saiba que não se gasta 60000 euros para pintar aquele espaço, também criámos melhores condições de insonorização, para que as pessoas possam conversar sem ter que gritar, sem haver aquela barulheira, para ser um sítio mais aprazível e mais confortável para todos. Sabe que isso incomoda, mas estão a fazer trabalho.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Passou a palavra aos restantes membros da Assembleia Municipal que manifestaram intenção de intervir.

#### **Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE**

Mais uma vez, tem que intervir, porque fez 2 questões e o Senhor Presidente voltou a não responder, ou seja, está a gastar tempo para o senhor Presidente não dar atenção àquilo que os deputados municipais dizem. É triste.

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Dentro da estratégia do gastar tempo, volta a fazer a pergunta da pavimentação da rua Eça de Queirós, no Gaio, que não foi respondido, e a melhoria das condições de segurança na ciclovia.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Como se falou aqui em falar verdade, vai ter que lembrar ao senhor Presidente da Câmara, porque ele, provavelmente, não se lembra, que na Vila Rosa não fizeram nada, quem fez foi a CDU, vocês ainda não fizeram lá nada. A Simarsul é uma empresa pública, não é privada. Aí há uma ou duas assembleias, colocaram questões sobre o balcão da inclusão, não responderam. Neste relatório não está. Fechou?

E, por falar verdade, houve reuniões, houve trabalho com a PSP, com o ministério da Administração Interna, e aquele terreno foi considerado, pelo ministério e pela PSP, como o mais adequado, e ficou expectante para que essas entidades desenvolvessem projetos, desenvolvessem tudo aquilo que o senhor sabe que é necessário para se construir um equipamento para as forças de segurança, e da parte da Câmara Municipal da Moita “aquilo ficou lá guardadinho” à espera que eles o fizessem. O que vocês fizeram foi pôr à venda uma parcela substancial daquele terreno, impedindo aquilo que estava previsto, que estava acordado, com o ministério e com o PSP. Portanto, falando verdade, não pode dizer outra coisa além disto,

### **Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

Ouvem aqui a CDU falar muito na herança, na herança, porque quem ouve a CDU, este executivo só está a fazer coisas da CDU, coisas que a CDU deixou, não é? Este executivo herdou da CDU umas botas velhas, um par de botas velhas, muito bem engraxadas, muito bem “engraxadinhas”, para esconder as solas que estavam rotas por baixo. Esta foi a herança que a CDU deixou. Mas, essas botas, este executivo já as meteu no lixo, já comprou umas botas novas, e o município tem um andar novo, tem o andar do progresso, o andar do desenvolvimento. É isto que dói, de facto, à CDU. Tem imensa pena, mas a realidade é esta.

### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Queria recordar, muito rapidamente, que a Deputada Carmen Mafra fez aqui uma pergunta sobre a cozinha e que não obteve resposta, e era bom que obtivessem respostas, porque senão, como estão a falar de botas, dá a sensação que o PS comprou as duas botas novas, mas as duas são do mesmo pé.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

À senhora Deputada Carmen Mafra dizer que sim, vai ter que calçar umas botas para ir visitar a cozinha que está cheia de água, fruto de uma infiltração que existe no espaço, aquele espaço está extremamente degradado, e a cozinha de que fala convida-a a ir visitar, o espaço está aberto segunda-feira para poder ir visitar, se quiser, outro dia que assim entenda ,ir ver o espaço, que está muito degradado, pelo que lhe deixa este reparo.

Relativamente ao terreno cedido para a PSP, teve oportunidade de falar com o Ministro Eduardo Cabrita, na altura, e não foi feita qualquer referência à existência de tal acordo sobre essa mesma matéria. Pede, se tiverem esses documentos, que os façam chegar, o que é certo é que os governos vão mudando e não existe qualquer manifesto interesse para utilizar aquele espaço.

Relativamente àquela questão da repavimentação da rua Eça de Queirós, no Gaio, dizer que, certamente, o senhor Deputado está muito desatento. O que a Câmara Municipal fez, que foi desenvolver um projeto que pretende, neste caso, fazer a continuidade da ciclovia, desde o Sítio das Marinhas até ao passadiço no parque das Canoas, no Gaio. Um projeto de reperfilamento da via até à praia do Rosário, criar um parque de estacionamento, neste caso, com os materiais adequados para aquele espaço onde ele se vai enquadrar, sustentável, drenante, para depois poder servir de acesso à praia, com novos equipamentos. É esse projeto que estão a desenvolver, foi esse projeto que já deu nota pública do mesmo e que, brevemente, darão a conhecer a todos.

Em relação àquela questão colocada pelo senhor Deputado Bruno Mendes, relativamente à zona do Roque Gym, vai ficar no âmbito daquele projeto que estão a fazer da rotunda, da requalificação à frente ao Roque Gym, porque também vão requalificar esse estacionamento, ou seja, vão fazer a reconversão e a requalificação de todo esse espaço. E, como é óbvio, não poderiam deixar de fazer intervenção na

estrada que vai, pelo menos, até aos CTT, já estando a estudar toda a outra solução futura, porque muitas são as estradas que herdaram para requalificar e intervir, bem como caminhos rurais.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Alertou a Câmara para o facto de já não ter mais tempo para responder, que, praticamente, todos os partidos ainda têm tempo, e passou a palavra aos próximos intervenientes.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Usando a metáfora das botas, que acha que é bem aplicada, o que se verifica é que, no caso daquela rua que falaram, outro par de botas está encomendado, mas, entretanto, andam descalços porque os buracos estão lá e vão continuar.

#### **Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS**

Quer só tecer aqui alguns comentários sobre estas últimas intervenções, tendo em conta que a Câmara já não pode responder a mais questões, mas acha que era importante referirem-se aqui a algumas coisas que foram ditas, nomeadamente, ao senhor Deputado Municipal João Figueiredo. Sabe que agora está numa condição em que tem que manifestar mais interesse sobre determinados temas, todos sabem isso, e ainda bem que assim o é, mas não vale a pena estar a inventar temas que não existem, a tentar ir buscar temas atrás que não existem também, a tentar ir rebuscar situações para tentar denegrir aquilo que é o trabalho que o executivo da Câmara Municipal tem feito. A realidade é que o município tem feito bastante trabalho nestes últimos 4 anos.

Sabe que a vossa estratégia, no último mandato, foi lançar obras à pressa, meias obras, algumas conseguiram fazer obras inteiras, outras ficaram mesmo meias obras, porque já não conseguiram resolver esse problema. Essa é a vossa arte, de lançar obras para a rua para dizer que estão a fazer, mas esquecem-se que as obras não estavam bem feitas. Falam no CROAE, falam na piscina municipal da Moita, falam na ex estrada municipal na Baixa da Banheira, falam na avenida 1º de Maio, todas obras lançadas à pressa, todas elas tiveram que ter intervenções para corrigir temas que não foram pensados. Alguns, como foi o caso do CROAE, foi possível, efetivamente, recuperar o projeto todo, outros já não foram a tempo, mas isso é a vossa especialidade.

Por isso, o executivo tem feito. Tem feito na Vila Verde aquilo que vocês não fizeram, que foi resolver as ligações de esgotos que eram vossa obrigação fiscalizar, e isso é que é importante salientar. Este executivo fez aquilo que o executivo no mandato anterior, depois de terem sido verificadas uma quantidade de ligações ilegais de esgotos domésticos para as valas de águas pluviais e de esgotos pluviais, e que vocês não resolveram. Por isso, o senhor disse que não fizeram nada na Vila Verde, mas fizeram, fizeram isso pelo menos, entre muitas outras coisas.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

É só para informar o senhor Deputado Daniel Serpa que, em Alhos Vedros, foram encontradas várias ligações, podem chamar-lhes clandestinas, e que foram corrigidas no último mandato. Várias. Na zona industrial, na zona dos Brejos Faria, na zona da Vila Verde. Está mal informado, é normal, e as obras lançam-se quando é possível lançar. Por exemplo, o centro de saúde da Baixa da Banheira teve, há uns 20 anos, para ser lançado. Está aqui um membro da sua bancada que, na Assembleia de Freguesia da Baixa da Banheira, dizia que havia outras prioridades, e por isso é que o governo nunca as fazia. É, exatamente, isto. “Está aqui à minha frente”. Portanto, está escrito, está em ata, é só verificar.

#### **Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS**

Muito rapidamente, porque o tempo escasseia, para dizer que se congratula com a evolução da obra da segunda via do Matão, e da próxima vez que aqui estiverem, possivelmente, já podem dizer que o stress a que têm estado sujeitos, e a que tiveram sujeitos ao longo de anos, vai, finalmente, terminar, quer para acesso à marginal da Moita, quer para fluir o trânsito no sentido de Alhos Vedros, Baixa da Banheira e Barreiro.

#### **Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

Considerando que o senhor Deputado João Figueiredo frisou a sua pessoa, solicita que depois lhe diga qual é a ata dessa Assembleia de Freguesia. É só. É só isso. Agradece que lhe diga qual é a ata.

### **Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

Por acaso, o seu camarada João Figueiredo disse que estava à frente, o senhor Deputado Daniel Justo é que “enfioi o barrete”, com certeza.

Para além disso, também vai dizer ao senhor Deputado Daniel Serpa que é curioso, porque está aqui desde o início do mandato e o seu camarada João Figueiredo está aqui desde o início do mandato, o senhor é que não está, portanto, não diga que o seu camarada João Figueiredo agora é que começou a falar. Não. Sempre falou, o senhor é que não. Está aqui há relativamente pouco tempo, comparativamente ao mandato, portanto, é bom que se estabeleça aqui prioridades e falar a verdade.

E, outra coisa, que é incrível, é que há certos discursos da bancada do PS que envergonham a população deste concelho, porque a população deste concelho, durante 40 anos, 41, ou o que foi, votou na CDU porque a CDU fez obra. E hoje, as “botas velhas” são o quê? O parque da zona ribeirinha, o Fórum, que o senhor Presidente há pouco disse que as pessoas do concelho da Moita já não precisam ir para Setúbal ou para o Barreiro ver espetáculos, veem no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo, que foi construída há 20 anos, ou esta biblioteca onde estão. Isto é sapatos velhos? Diga-lhe lá onde é que o senhor tem os seus sapatos velhos, que vai lá procurá-los e vai ficar com eles, porque de certeza absoluta que isto não são sapatos velhos, está bem? É preciso ter um bocadinho de cuidado quando se fala nestas situações, ter respeito, e é isso que, muitas vezes, não há, respeito. São as escolas novas que foram construídas, onde tiveram os seus filhos e os seus netos? Têm vergonha disso?

Há muita coisa que não foi feita e que poderia ter sido, com certeza. Há um executivo que ganhou, que foi o executivo do PS, e que, naturalmente, está a fazer o seu trabalho, cumprindo o seu plano, o seu programa eleitoral? Com certeza que deve estar, agora não é “botas velhas” o que a CDU fez em 40 anos neste concelho, está bem? É preciso ter um bocadinho de tento e ter cuidado com aquilo que se diz, porque é extremamente ofensivo. Estão há 4 anos a ser aqui ofendidos do quê? De um trabalho que se usa e abusa. Não é bem assim, está bem? Estão cansados disso. Agora, valorizem o vosso trabalho, parem de estar sempre em comparação. A população votou em vocês, ok? Então trabalhem e mostrem aquilo que são capazes.

### **Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS**

Aconselha a senhora Deputada Mónica Ribeiro a ver as atas, e ver qual foi a sua primeira sessão nesta Assembleia Municipal, e vai ver que já está aqui há algum tempo. Pode não ter intervindo, pode até ter estado a aprender com quem cá estava, mas aprendeu, felizmente, com os melhores, não com os piores.

Depois, é preciso fazer comparações. É a bota que a senhora diz que calçaram, até podiam ter tido a nova durante estes últimos anos, mas ela envelheceu muito rapidamente e vocês não foram capazes de a trocar. A questão está, precisamente, nisso, ninguém diz que o trabalho que foi feito neste município foi mal feito. O problema é que vocês desadequaram o vosso tempo àquilo que era necessário, o que era necessário era preocuparem-se com a remodelação das infraestruturas que criaram, de dar preocupação àquilo que era necessário fazer, por isso, a senhora Deputada Mónica Ribeiro não lhe dá lições de moral sobre aquilo que é preciso dizer ou não dizer nesta Assembleia.

### **Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE**

Era só para dizer que aceita o repto do senhor Presidente da Câmara Municipal para visitar as referidas instalações porque, na última vez que lá estive, e já era com este executivo, aquele material não se encontrava a céu aberto, portanto, acha muito estranho que lhe venha dizer que se degradou. Degradou-se como? É isso que vai procurar saber, mas, certamente, lá estará na segunda-feira.

### **Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

Como ainda tem alguns segundos, gostaria de dizer que não está aqui a dar lições de moral, está simplesmente a transmitir aquilo que foi o trabalho da CDU durante mais de 40 anos, e que, ao longo deste mandato, constantemente, tem sido denegrado e maltratado por esta Assembleia. Realmente, em vez de promoverem o vosso trabalho, não, é sempre a denegrir. No fundo, vocês têm feito trabalho, e o “vocês” é usando as pressões constantes aqui do “vocês, vocês, vocês”. Vocês têm feito trabalho suportado, no suporte que foi aquilo que a CDU deixou, e que não foram “botas velhas”.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Deu por concluída a Ordem de Trabalhos e deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

**A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a segunda reunião, eram zero horas e trinta e cinco minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e cinco.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

---

António Duro

---

António Chora

---

Cláudia Fera

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA</b>			
<b>XIII MANDATO 2021 - 2025</b>			
<b>LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 01.03.2025 A 07.03.2025</b>			
<b>EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO</b>			
<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>REMETENTE</b>	<b>ASSUNTO</b>
034	07-03-2025	Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira	Informa que na 2ª reunião da sessão ordinária de fevereiro, a realizar dia 7 de março, se fará substituir pelo Secretário, Pedro Oliveira
035	07-03-2025	João Pedro Oliveira Vargas da Palma	Solicita a sua substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de fevereiro, a realizar dia 7 de março
036	07-03-2025	Carmen Sofia Pereira Lima	Solicita a sua substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de fevereiro, a realizar dia 7 de março
037	07-03-2025	Edgar Miguel Amieiro Casimiro	Informa que retomará as funções na 2ª reunião da sessão ordinária de fevereiro, a realizar dia 7 de março
038	07-03-2025	Carlos Gualberto da Silva Rodrigues	Informa que está disponível, enquanto suplente da lista do PS, para uma eventual substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de fevereiro, a realizar dia 7 de março
039	07-03-2025	Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias	Informa que na 2ª reunião da sessão ordinária de fevereiro, a realizar dia 7 de março, se fará substituir pelo Tesoureiro, Luís Cerqueira
040	07-03-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Lançamento de uma hasta pública para a concessão do direito de exploração da gestão e ampliação das piscinas recreativas do Parque Zeca Afonso; Revogação do Plano de Pormenor da Frente Nascente do Largo Conde de Ferreira; Aprovação final da alteração do Plano Diretor Municipal da Moita para adequação ao RJIGT e à LBGPPSOTU; Revogação do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte da Prata Sul; Revogação do Plano de Pormenor da Marginal da Moita
041	07-03-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 25.02.2025